



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

ATA Nº 03/2020

RELATIVA À TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DO CORRENTE ANO, DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE, REALIZADA NO DIA TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E VINTE:

Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um

No dia trinta de setembro de dois mil e vinte, nas instalações do Centro Cultural de Benavente, realizou-se a **terceira sessão ordinária**, do corrente ano, no âmbito do regime excecional estabelecido pela Lei nº 1-A/2020, de 19 de março, que aprovou um conjunto de medidas excecionais e temporárias de resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-COV 2 e da doença COVID-19, mais concretamente, o nº 1 do seu art.º 3.º, com a seguinte **Ordem do Dia**:

PONTO 1 – PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA EN 118 COM O ACESSO À A10 – Freguesia de Benavente – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual;

PONTO 2 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO E DA PRAÇA DA REPÚBLICA, EM BENAVENTE – Apreciação e eventual aprovação da autorização prévia, nos termos da alínea c) do nº 1, do art.º 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro na redação vigente;

PONTO 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL E DE MAPA DE PESSOAL – Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas do nº 4 do art.º 29.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei nº 35/2014, de 20 de junho, com as alíneas m) e o) do nº 1 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como do art.º 4.º da Lei nº 49.º/2012 e do art.º 6.º do DL nº 305/2009, de 23 de outubro;

PONTO 4 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento;

PONTO 5 - ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL – Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na redação vigente.

Verificou-se a presença dos seguintes eleitos: Irina Noel Matias Batista, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Primeira Secretária da Mesa, Maria Gertrudes Oliveira Borracha Pardão, Segunda Secretária da Mesa, Mário Jorge Campos Pereira, Domingos Manuel Marques David Pereira, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Maria Lucinda de



Mes
J. C.
M. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Sousa Martins, Vítor Manuel Charneca Parreirinha, José Duarte Salgueiro, Inês Branco de Almeida Vieira Correia, Presidente da Junta de Freguesia de Benavente e Augusto José Ferreira Marques, Presidente da Junta de Freguesia de Samora Correia, todos em representação da CDU-Coligação Democrática Unitária, Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias, Nuno Miguel Martins Pires, Célia de Jesus Correia Fernandes, Tomás Francisco Abreu Guedea Melo Correia, Maria Beatriz Pereira Marques da Costa e Fátima José Francisco Machacaz, Presidente da Junta de Freguesia da Barrosa, todos em representação do PS-Partido Socialista, Dora Isabel Lúcio Morgado, Cristina Maria Carvalho Borges da Silva Branco, Lina Maria de Moura Ferreira do Norte, Esmeralda Malico Salvador e Nelson Alexandre da Silva Norte, Presidente da Junta de Freguesia de Santo Estevão, todos em representação do PSD-Partido Social Democrata.

Justificaram as ausências os eleitos -António Paulo Ramos do Reis, do Grupo Municipal da CDU, que foi substituído por Joaquim Correia Castanheiro, -Fernando Paulo Carvalheira de Almeida, do Grupo Municipal do PS, que foi substituído por Ana Beatriz Fernandes Madeira e -José Eduardo de Melo Relvas Ramalho, do Grupo Municipal do PSD, que não foi substituído.

Marcaram, ainda, presença o senhor Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, assim como os senhores Vereadores, Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro Vale e Hélio Manuel Faria Justino, eleitos pela CDU, Florbela Alemão Parracho e Pedro Nuno Simões Pereira, ambos eleitos pelo PS e Ricardo Alexandre Frade de Oliveira, eleito pelo PSD.

Confirmada a existência de quórum, a **senhora Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão pelas vinte horas e trinta e nove minutos, com a presença de vinte e quatro elementos. Cumprimentou todos os presentes na sala, eleitos, funcionários e demais assistências.

Foram iniciados os trabalhos da sessão com o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo sido rececionadas quatro inscrições: **1ª** – Alexandre Filipe Marques Fonseca, residente em Samora Correia; **2ª** - António Joaquim Oliveira das Neves, residente em Benavente; **3ª** – Pedro Soares, residente em Samora Correia; **4ª** – João Paulo Oliveira, residente em Benavente.

Deu autorização ao **sr. Alexandre Fonseca** para usar da palavra. Discursou em representação dos trabalhadores da Câmara Municipal de Benavente, com o objetivo de apresentar e de entregar à Mesa uma **“carta aberta”**, dirigida aos partidos políticos com representação parlamentar. O documento insiste pela “regulamentação e aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade

Pela aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco e risco aos trabalhadores das autarquias”, transcrevendo-se na íntegra:

“CARTA ABERTA

Aos partidos com representação parlamentar

Os trabalhadores das autarquias pugnam há muito pela regulamentação e aplicação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, cuja previsão legal remonta a 1989.

Esta é uma justa reivindicação de milhares de trabalhadores que asseguram funções essenciais à saúde pública e à vida das comunidades, às quais estão associadas condições de insalubridade,



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

penosidade e risco, hoje agravadas pela crise pandémica, sem que exista um reconhecimento dessa condição e sem qualquer compensação, como se impõe.

Mais de uma centena de autarquias aprovaram também recomendações ao Governo e ao Parlamento exigindo a regulamentação da atribuição deste suplemento.

Condenamos por isso fortemente o recente chumbo na Assembleia da República dos Projetos de lei do PCP, PEV e BE que, na sequência da petição promovida pelo STAL, previam a aplicação deste suplemento, com especial responsabilidade do PS neste desfecho, que faltou ao compromisso assumido de contribuir para uma solução consensual – retirou, sem qualquer explicação, a proposta que apresentou no âmbito dos trabalhos da especialidade de substituição dos referidos Projetos, capaz de gerar o tão necessário consenso na votação final em plenário, no passado dia 23 de Julho, e não só não apresentou nenhuma iniciativa como foi o único partido que votou contra os diplomas em debate, apoiando-se nos deputados do PSD, CDS e IL que se abstiveram.

Perdeu-se assim mais uma oportunidade para acabar com uma flagrante injustiça, o que significa que os problemas vão continuar a agravar-se com enormes prejuízos para os trabalhadores, pelo que é necessário continuar com determinação este combate.

Prestes a iniciar-se uma nova sessão legislativa, exortamos o Governo e os partidos políticos com representação parlamentar a regulamentarem de forma urgente este direito, como reconhecimento e compensação pelo desempenho de funções penosas, insalubres e com elevados riscos e, como legitimamente se exige, em consonância com os princípios imanentes à justa retribuição e à organização do trabalho, em condições socialmente dignificantes, conforme determina o artigo 59.º da Constituição da República.”

A segunda intervenção coube ao **sr. António Neves**, a qual incidiu sobre a proposta de alteração ao quadro de pessoal da autarquia, matéria incluída na ordem de trabalhos, através do Ponto número três. Tendo por base a criação de **novos lugares de chefia intermédia, concretamente na DMOPPUD-Divisão Municipal de Obras Particulares, Planeamento, Urbanismo e Desenvolvimento, nas áreas de ordenamento do território, ambiente e urbanismo**, fez uma chamada de atenção ao Executivo pelo facto de um dos requisitos de candidatura aos respetivos concursos limitar o seu acesso a licenciados em ambiente ou em arquitetura.

Na sua opinião, os formados noutras áreas de especificidade, para as quais estão abertas as aptidões para desempenhar esses cargos, deveriam ter acesso ao concurso, em igualdade de circunstâncias com os outros candidatos. Impedimento que designou como sendo mais um exemplo do “sistema de castas existente nas autarquias”, onde “quem não é engenheiro ou arquiteto não tem possibilidade de exercer categorias de chefia que, normalmente, são orientadas por Ordens Profissionais que, há muito tempo, “mandam” nas organizações técnicas das Câmaras Municipais”. Argumentou que, no seu caso pessoal, enquanto licenciado em geografia, não lhe é facultada a oportunidade de concorrer, independentemente da sua licenciatura, de outras habilitações académicas ou da experiência profissional que detiver, “pelo simples facto de não ser nem engenheiro, nem arquiteto”, o mesmo se passando com licenciados em biologia.



Mes
J. d.
M. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Na sua opinião, estes técnicos, até se encontram melhor preparados para aceder aos cargos em questão do que aqueles para quem são abertas as candidaturas, alegando que o conteúdo da sua formação é mais completo nas áreas específicas da licenciatura do que em relação a qualquer curso de engenharia, à exceção dos específicos de ordenamento do território ou de arquitetura, os quais, muitas das vezes, só através de pós-graduação, conseguem obter as necessárias aptidões para desempenhar essas funções.

Fez questão de deixar claro que a sua intervenção, para além de uma crítica vinda de quem é, sistematicamente, excluído de apresentar a sua candidatura, como é o caso dos geógrafos e dos biólogos, procura sensibilizar os eleitos para a necessidade de ser invertida a situação, de forma a que os detentores dessas licenciaturas possam concorrer aos cargos de direção ou de chefia, em igualdade de circunstâncias com os outros.

Chamado a intervir o **sr. Pedro Soares** (3ª inscrição), verificou-se a sua ausência da sala, sem ter prestado qualquer informação à Mesa.

Seguiu-se, por último, a intervenção do **sr. João Paulo Oliveira**.

Abordou várias questões: **a primeira sobre a obra de construção da ciclovia de Benavente**. Perguntou quais os critérios de segurança que sustentaram a sua execução, argumentando que, no sentido Benavente/Samora Correia, desde o seu início até ao posto de abastecimento de combustíveis, existem doze travessias de caminhos particulares. Em vez dessa opção, equacionou a hipótese se não teria sido melhor a sua construção no lado contrário da via, já que tem um menor número de passagens.

Para reforçar a segurança dos seus utilizadores, sugeriu a colocação de limitadores de velocidade ou de separadores entre a ciclovia e a EN 118.

A segunda questão teve a ver com a **problemática dos indivíduos de etnia cigana**. Reportou-se a um caso ocorrido recentemente e que foi mencionado numa reunião com a população de Benavente, organizada entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia, na semana anterior. Trata-se de uma viatura municipal e do pessoal afeto à mesma que foram visualizados a transportar um termo acumulador a um terreno, onde se encontra instalado um grupo de famílias de etnia cigana.

Confrontado com as reiteradas afirmações do senhor Presidente da Câmara Municipal de que “a Câmara não dá nada aos ciganos”, pediu esclarecimentos sobre as condições em que foi cedido o referido transporte, assim como se as construções erguidas no terreno foram objeto de licenciamento municipal ou, em caso negativo, se houve algum tipo de doação ou de arrendamento pela sua utilização.

Concluídas as intervenções dos elementos do público, foi dada a palavra ao **senhor Presidente da Câmara Municipal** para responder às questões suscitadas.

Antes de comentar o documento apresentado pelo munícipe e funcionário municipal, **Alexandre Fonseca**, saudou todos os participantes na sessão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Considera justa a pretensão dos trabalhadores das autarquias, nomeadamente todos aqueles que desempenham **tarefas ligadas à limpeza urbana e recolha de lixos, por estarem sujeitos a determinados riscos que não foram, ainda, reconhecidos**, que têm vindo a agravar-se, ultimamente, pelos efeitos da pandemia.

Sendo uma aspiração há muito desejada, reconhece a dificuldade que tem sido para a alcançar, levando-o a partilhar as preocupações transmitidas. Espera que os responsáveis percebam, finalmente, que se trata de um direito que assiste a quem exerce essas profissões de risco.

Quanto à questão apontada pelo munícipe e, igualmente, funcionário municipal, **António Neves**, explicou que a proposta de **Reorganização dos Serviços da autarquia**, tem por objetivo dar resposta, em termos estruturais, a algumas situações consideradas necessárias, designadamente, a criação de chefias intermédias para reforço e melhoria da eficácia dos serviços.

Referindo-se às áreas de recrutamento, disse que a matéria foi alvo de avaliação prévia entre as chefias e a vereação, tendo ficado consensualizado que essas estruturas intermédias deveriam ser direcionadas para quadros detentores da necessária formação académica que lhes permita exercer as tarefas inerentes às áreas de ambiente, fiscalização e planeamento.

No que diz respeito aos assuntos expostos pelo munícipe **João Paulo Oliveira**, esclareceu que a **localização da ciclovia de Benavente**, teve em conta, principalmente, a ligação à zona industrial e comercial e a melhoria das condições de circulação e de acesso a peões e ciclistas, constituindo, para a autarquia, um contributo estratégico para enriquecer a imagem estética dos aglomerados urbanos, a par de outras intervenções, em curso.

Desvalorizou a ideia que os muitos acessos existentes sejam uma condicionante ao prosseguimento da obra, em termos tais, que levem à sua deslocalização para o lado contrário da via, porquanto se trata de acessos particulares de utilização reduzida e com distância significativa entre eles.

Retomando a problemática associada aos **indivíduos de etnia cigana**, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** repetiu, novamente, que se trata de uma realidade extensiva a todo o País e não, apenas, a Benavente. Clarificou que quando afirma que “a Câmara não dá nada aos ciganos” é no sentido de contrariar aquilo que, habitualmente, circula nas redes sociais, que não corresponde à verdade, como a ideia que a Câmara Municipal é que lhes paga a água, a luz, o gaz, etc.

Rejeitou a teoria de que os ciganos tenham tratamento diferenciado no Município. Nesse sentido, procurou explicar que a questão do seu realojamento é que, na generalidade dos Municípios, levou à prática de políticas sociais diferentes, como o recurso à construção de bairros que, mais tarde, dão origem à desintegração social, onde até as próprias forças de segurança são “impedidas” de entrar, a não ser com reforço de meios.

Quanto ao Município, por não dispor de condições que proporcionem mais habitação à população em geral, optou por não tomar medidas discriminatórias que pudessem privilegiar determinadas situações, como os cidadãos de etnia cigana, daí que se mantenham vários alojamentos em contentores, pese embora não se identificar com a imagem que ressalta da sua permanência “aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

e ali". Reiterou que essas famílias se encontram em Benavente há cerca de 20 anos, não tendo obtido nenhum outro privilégio senão esse.

Confia que o novo Plano Estratégico de Habitação para o Município, que possibilitará a distribuição de verbas da Administração Central para a sua promoção, levante uma esperança de que se possa reverter o atual quadro habitacional, com a disponibilização de mais habitação à população. Contudo, deixou bem vincado que esta eventualidade não irá beneficiar aqueles que não cumpram com as mais elementares regras de cidadania, seja qual for a sua origem étnica. Sendo certo que a situação atual resulta de um "passado longínquo" que não é possível erradicar, insistiu, novamente, que todos aqueles que desrespeitaram a comunidade onde se inserem, não podem merecer qualquer tipo de apoio por parte da autarquia.

Confirmou que o aludido termoacumulador foi colocado no contentor existente no local, pelos serviços municipais, salvaguardando, no entanto, que o equipamento não envolveu qualquer custo para a Câmara Municipal.

Numa nota final, informou que a Câmara Municipal tem vindo a realizar reuniões públicas com a população, em conjunto com a Junta de Freguesia de Benavente, para abordagem deste e de outros assuntos, que têm resultado na tomada de diversas medidas, que já foram divulgadas e que têm vindo a ser prosseguidas.

Seguiu-se o **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:**

A senhora Presidente da Assembleia Municipal divulgou o **conteúdo das pastas distribuídas aos eleitos**: - deliberações da Câmara Municipal, datadas de 21.09.2020, relativas aos pontos um, dois e três e uma minuta de deliberação de 28.09.2020, relativa ao ponto um, que retifica o título da obra a que diz respeito, ou seja, em vez de referir "acesso à A1" deve referir "acesso à A10"; - relatório semestral do ROC-Revisor Oficial de Contas; - documentação de apoio referente à eleição indireta dos Presidentes das CCDR, a realizar, em simultâneo, pelas Assembleias Municipais de todo o País, através de uma sessão extraordinária, a ter lugar no próximo dia 13.10.2020, tendo informado que os eleitos iriam ser convocados, oportunamente, para esse efeito.

Deu nota das **ausências e substituições verificadas**, de entre os eleitos, já mencionadas anteriormente.

Avançou para a **apreciação e votação do projeto de ata número dois barra dois mil e vinte**, relativo à segunda sessão ordinária, do corrente ano, da Assembleia Municipal de Benavente, realizada no dia vinte e nove de junho de dois mil e vinte. Foi dispensada a sua leitura por ter sido enviada, atempadamente, a todos os eleitos. A eleita **Leonor Dias** fez chegar algumas alterações, que foram consideradas e transmitidas.

Sujeita a votação, **foi a referida ata aprovada por unanimidade.**

A concluir este Período, **a senhora Presidente da Assembleia Municipal** fez a leitura resumida da **correspondência recebida** desde a última sessão realizada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Continuaram os trabalhos com o **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS GRUPOS MUNICIPAIS**, para o qual se inscreveram os seguintes eleitos: Mário Pereira, Vítor Parreirinha, Domingos David, Dora Morgado, Cristina Branco, Esmeralda Salvador e Leonor Dias.

O eleito **Mário Pereira** leu um documento, que se transcreve na íntegra, intitulado:

“Na Defesa dos Trabalhadores

No dia 28 de fevereiro de 2020, em plenário de sindicatos realizado em Lisboa os representantes dos trabalhadores deram por encerradas as negociações com o governo PS, votando por unanimidade a jornada de luta que, não fosse a pandemia e consequente declaração do estado de emergência, ter-se-ia a realizado a 20 de março do ano corrente, um mês e meio depois da manifestação de 31 de janeiro.

Mais que a greve agendada impõe-se contextualizar a luta para que dessa forma se compreendam os reais impactos no dia-a-dia dos trabalhadores e, também, na gestão do universo da administração pública, ou, neste particular, na gestão das autarquias do nosso concelho.

Os trabalhadores das administrações contam mais de 10 anos de congelamento de carreiras e de salários e neste período viram ainda ser-lhes retirados direitos como se verificou com a redução das suas férias; viram ser-lhes aplicadas reduções remuneratórias e sobretaxa, viram alteradas as progressões para 10 anos com recurso a um instrumento normativo que ainda hoje faz moça, o denominado SIADAP, viram ser-lhes retiradas as horas extras a reboque das dificuldades financeiras das autarquias e as que fizeram, aquelas que se verificaram incontornáveis prestar, pagas com cortes que ainda hoje se mantêm, bem como, viram os subsídios de férias e de natal cortados e pagos a prestações.

Para além das injustiças antes sublinhadas, são obrigados a conviver com sistemáticas violações do princípio da igualdade praticado sistematicamente no sector empresarial que para não nos alongarmos dispensamos de analisar aqui.

Sofreram ainda, tal como os restantes trabalhadores portugueses, os cortes e a austeridade imposta também pela troika (cortes de feriados, aumento do IVA dos bens e serviços essenciais), muitos deles mantidos após a denominada “saída limpa”, primeiro, pelo governo PSD/CDS e, depois, pelo atual governo do PS.

A legislatura anterior permitiu a retoma de alguns direitos, bem como permitiu sucessivos aumentos do Ordenado Mínimo, mas até neste aumento (635,07€), aos trabalhadores da administração, beneficiários desse aumento, foi exigido, caso o aumento fosse superior a 28€, a retirada dos pontos acumulados para efeitos de progressão na carreira.

Com isto, desnecessário seria sublinhar, o governo PS criou uma vastíssima franja de trabalhadores com anos de carreira (nalguns casos, quase 30 anos) nas diversas administrações que hoje ganha o ordenado mínimo e, pior, ganha tanto como um trabalhador que ingresse amanhã na mesma carreira e funções.

Mário
Pereira
D. J.
M.P.



Miguel
J.L.
MJP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Ainda assim, tratou-se de uma legislatura que gerou expectativa nos trabalhadores e que a legislatura iniciada em outubro de 2019, claramente, tem vindo a gorar.

Haverá ainda que acrescentar o flagelo que 2020 trouxe, a pandemia que todos vivemos, que acrescentou ao cenário a que antes se alude um conjunto de fenómenos de desregulação de horários e de deslocalização de postos de trabalho, de aumento dos riscos associados ao exercício de funções que impunham resposta à altura, resposta essa que não se verificou, nomeadamente quanto à regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco muito recentemente chumbada na Assembleia da República.

Dado o correto enquadramento à luta dos trabalhadores, cumpre, por fim, analisar os impactos na atividade e neste enfoque haverá que salientar que se tratam de impactos que atingem em simultâneo os trabalhadores e as entidades responsáveis, naturalmente, pela gestão de recursos humanos.

É cada vez mais notória a luta dos trabalhadores e, mais do que isso, é já visível a crescente atribuição, pelos trabalhadores, de responsabilidades também aos executivos autárquicos. Vive-se um período de profunda degradação das relações laborais com diferendos cada vez mais problemáticos, geradores, por exemplo, do êxodo de técnicos cuja experiência também exigiu investimento ou, noutro exemplo, taxas de absentismo que atingem níveis insuportáveis para as entidades, especialmente, da administração local.

Cumpre aos eleitos perceber estes fenómenos e, mais do que isso, cumpre-lhes a criatividade e a coragem de mitigarem as injustiças a que os trabalhadores estão sujeitos há anos, por mais injusto que isso possa parecer também.

Observemos, a título de exemplo, o fenómeno do absentismo, cuja origem reside em inúmeros fatores. Entre estes fenómenos é reconhecido o “Stress laboral” que por definição se verifica quando se colocam imposições que excedem as competências ou funções atribuídas ao trabalhador. Situações muito fáceis de observar no nosso dia-a-dia e que resultam, em muitos casos, na transferência ou acumulação de competências e funções entre trabalhadores, por absentismo de colegas, que sem a devida compensação financeira, compensação ao nível da avaliação de desempenho e, por consequência, na carreira, contribui assinalavelmente para uma espiral redundante, não só, de absentismo, como também, de tensão nas relações entre trabalhadores e dirigentes, encarregados e eleitos. Tal fenómeno de insatisfação laboral, associado, naturalmente, à eventual desorganização do trabalho, à quase permanente incapacidade para dar resposta às necessidades de serviço, à ausência de formação profissional, à falta de compensação do trabalho suplementar funcionam como uma espécie de “cocktail molotov” que prejudica tanto os trabalhadores, como entidades públicas e, por fim, no nosso caso, os munícipes.

É aqui que se impõe a perceção de que são os eleitos, neste caso locais, o ultimo recurso entre os que detêm competências para mitigar estes problemas, tendo ao seu alcance instrumentos de gestão a que terão de deitar mão, mudando, pelo menos em parte, o rumo das relações laborais que as opções governativas estão apostadas em impor.



Miguel
J. L.
[Signature]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Com efeito os Acordos Coletivos de Empregador Público, a opção gestonária e os prémios no seu conjunto permitem, sem grande margem para duvida, mitigar os efeitos das políticas que apontam invariavelmente no sentido dos baixos salários e da redução de direitos como única alternativa incontornável e viável.

É uma falácia que apenas tem servido para que os sucessivos governos canalizem milhares de milhões de Euros para ir tapando o seu próprio despesismo, para beneficiarem os grandes interesses capitalistas e para nos fazerem pagar os roubos perpetrados por empresários e banqueiros incompetentes e sem escrúpulos, uma falácia que visa denegrir o Serviço Público tornando incontornável a sua privatização.

Por tudo isto o grupo municipal da CDU apela aos eleitos presentes nesta Assembleia para que façam uma clara opção em constituir-se como suporte à resolução de problemas laborais e das injustiças que colocam os trabalhadores em rota de colisão com as entidades onde exercem funções, que levem ao limite as competências que lhes estão consagradas na certeza de que, percorrendo este caminho e encontrando soluções, prestarão, seguramente, um melhor e mais eficiente serviço público consubstanciado, fundamentalmente, na resposta que os trabalhadores, por certo, darão a estes estímulos.

Por tudo isto, o grupo municipal da CDU insta ainda os eleitos locais ao exercício da defesa intransigente dos serviços públicos na medida em que a nossa história recente tem demonstrado inequivocamente que a privatização destes serviços não trouxe resultados minimamente aceitáveis, depauperando recursos humanos e financeiros que ao serviço das entidades públicas trariam outras condições, outra autonomia para fazer face a dificuldades sem dúvida difíceis de ultrapassar.

Por fim, um alerta, para o eventual surgimento dos profetas da desgraça, os seguidores das políticas vigentes, afirmando que tais opções serão geradoras de mais custos ou procurando fazer uso da nova via da pandemia Covid-19 como pretexto para a necessidade de reuplicar a receita da preferência dos países do norte da europa, austeridade.

Cumprе responder, como diz o povo, “Não é com vinagre que se apanham moscas!” e que se houve evidência de que as políticas de austeridade e baixos salários não contribuíram em nada para a retoma económica do nosso país, ela se verificou na legislatura anterior, bem como, se verificou nas afirmações do próprio Fundo Monetário Internacional após a saída da troika, afirmações essas que não encontraram eco nem nos média nacionais nem na vontade e na políticas dos países europeus que antes referi e que estão pouco ou nada preocupados com a eficiência perdida, com os nossos serviços públicos, com o nosso interesse público, preferindo manter-nos endividados, entregues a interesses privados e aos baixos salários que estes têm como essenciais.

Cumprе responder que eventualmente sim, serão efetivamente geradoras de novos custos, mas não tantos quanto os resultantes das atuais soluções, novos custos geradores da eficiência perdida essencialmente na última década. Uma indesejável eficiência para quem promove a privatização dos serviços públicos, que sistematicamente põe em causa o interesse público favorecendo interesses privados, os mesmos que defendem a transferência de competências para as autarquias ao invés da regionalização, que defendem que os trabalhadores representam um custo ao invés



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

de uma mais-valia, essa sim, persecutória da desejável prestação de serviços públicos de qualidade.

É pois, este período em que vamos entrar, de preparação e aprovação dos Orçamentos para o próximo ano, a oportunidade para mudar o paradigma, percebendo os sinais que aqui procuramos evidenciar e tomando decisões que vão no sentido do reforço inequívoco do serviço público de qualidade, percebendo, por um lado, que este não se efetivará com injustiça salarial e na carreira, e, por outro lado, sem a perceção dos instrumentos que como autarcas têm ao seu alcance para mitigar, pelo menos em parte, os problemas que têm em mãos.”

O eleito **Vítor Parreirinha** procedeu, também, à leitura de um documento, que se transcreve na íntegra, sob o título:

“Benavente, um Concelho seguro para se viver

A Segurança é uma preocupação constante em qualquer sociedade e nos últimos tempos tem sido tema de discussão acesa no nosso concelho.

Para o Partido Socialista de Benavente, os recentes casos são casos para a GNR, mas não de falta de efetivos da GNR.

Apesar disso e inacreditavelmente, consideram os socialistas que esses problemas serão resolvidos pela pretensa criação de um corpo de Polícia Municipal.

O Município de Benavente é um Concelho seguro para se viver e não existe qualquer sentimento generalizado de insegurança, mas de facto, é preciso reafirmá-lo, existiu e ainda persiste um problema concreto e circunstancial, que rapidamente a Câmara Municipal respondeu tomando as medidas e as diligências necessárias junto das autoridades competentes.

É ao governo do país, liderado atualmente pelo PS, que cabe a responsabilidade pela segurança das populações, através do Ministério da Administração Interna e das Forças de Segurança, que no caso do nosso concelho é a Guarda Nacional Republicana.

Colocar a responsabilidade na Câmara Municipal e nas estruturas autárquicas é querer tapar o sol com a peneira e enganar os munícipes do Concelho de Benavente e desviar a atenção das falhas do Governo socialista.

Quanto à pretensa proposta de criação de um Corpo de Polícia Municipal, chegou a hora de sermos claro: onde irá buscar o dinheiro o PS de Benavente para criar e manter um efetivo de Polícias Municipais?

O Corpo de Polícia Municipal, uma vez criado, é da responsabilidade das autarquias e não existe qualquer transferência de competências e verbas do Estado Central para as Câmaras Municipais. Ou seja, são as Câmaras Municipais que têm de suportar todos os custos com as Polícias Municipais.



Mein
J. d.
V. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Existem Concelhos que pela sua dimensão e capacidade financeira, chamaram a si uma responsabilidade que é do Estado, do Governo, mas temos de ser realistas e ter em conta a dimensão do nosso Concelho e a capacidade financeira.

Embora sejamos um Município com finanças saudáveis, graças à gestão criteriosa e eficiente da CDU ao longo dos anos, não nos podemos comparar com Municípios da dimensão de Lisboa, Porto ou Coimbra, ou mesmo Sintra, Cascais ou Loures.

O que importa neste momento saber e é o que questiono ao senhor Presidente da Câmara é:

- 1 – Que medidas foram tomadas em concreto, após a última Assembleia Municipal?
- 2 – Que impactos e alterações tiveram e provocaram essas medidas?
- 3 – Quais as ações que irá desenvolver a Câmara Municipal no futuro próximo?"

A exemplo do anterior, o eleito **Domingos David** leu, também, um documento, que se transcreve na íntegra, intitulado:

“Benavente um Município em mudança!

Falar é fácil, fazer e criar as condições para tal é que é difícil. Qualquer pessoa com um pilão, tempo e força para o manejar consegue destruir obras de elevado gabarito, mas a mesma pessoa apetrechada com as mais capazes ferramentas não consegue edificar para além de um pardieiro inseguro. Durante uma parte dos dois últimos mandatos autárquicos temos lido nas redes sociais e ouvido nas ruas críticas ao envelhecimento das nossas urbes, da falta de investimento e das obras há muito necessárias para desenvolver o município tornando as suas freguesias mais atrativas.

Hoje já se ouve dizer que o município parece um estaleiro e que estas obras se devem simplesmente à proximidade das eleições. Quanto a isto duas notas:

- Primeiro: - São conhecidas as condições em que este mandato se iniciou: no primeiro ano e meio usaram o tal pilão para escrever cartas anónimas, queixas por escrito assumidas ou não a todas as entidades que pudessem promover inspeções, auditorias, inquéritos e outros mecanismos com o objetivo de dificultar a concentração do executivo camarário e do aparelho operacional da edilidade, para além de suscitar a suspeição e a intriga; foram ano e meio em que, o tempo despendido nesses processos podia ter sido aplicado na preparação dos muitos projetos programados e sancionados pelo voto para o mandato.

Apesar disso o executivo conseguiu manter uma capacidade de realização com obra feita em todos os anos e em todas as freguesias, como os membros desta Assembleia bem sabem.

Projetos em curso que vão desde da: substituição da iluminação pública por iluminação LED em fase de conclusão, com mais de 50% de economia de energia e custos, permitindo reduzir a poluição e libertar meios para outras áreas mais necessitadas; rejuvenescimento urbano com intervenções nos espaços públicos das zonas históricas de Benavente e de Samora Correia, bem como intervenções pontuais nas freguesias de Barrosa e de Santo Estêvão e criando centralidades



Min
J
M

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

nos lugares de Arados, Foros de Charneca e de Almada e no Porto Alto; construção de ciclovias dotando as urbes com percursos a utilizar por ciclistas e pedestres; intervenções melhorando as unidades desportivas: pavilhões, campos polivalentes, estádios e piscinas municipais do município criando melhores condições para a prática de desporto aos munícipes e aos jovens estudantes; repavimentação de troços degradados das estradas e caminhos municipais, bem como a construção de pelo menos uma rotunda de acesso à Vila das Areias – se o ministério das Infraestruturas corresponder com o seu compromisso de financiar a construção das rotundas, será construída outra em lugar do triângulo das Palmeiras -, criando condições para uma maior fluidez do tráfego urbano e minorar o risco rodoviário; pavimentação de caminhos nos lugares rurais e melhoria dos pontos de tomada dos transportes públicos; construção de parques de estacionamento libertando as zonas históricas preferencialmente para os peões criando espaços de lazer e potenciando a radicação de unidades comerciais; remodelação do Parque Rui Luís Gomes em Samora Correia e do espaço envolvente; renovação do parque de viaturas com a aquisição de unidades operacionais com fundos próprios.

Bem como todos os outros que constam no programa com que a CDU se apresentou às anteriores eleições autárquicas, cumprindo com os seus compromissos eleitorais, respeitando o voto dos eleitores, mesmo e apesar dos contratempos referidos. Também neste mandato a CDU está a honrar a sua consigna: Trabalho, Honestidade, Competência! apesar e para além do trabalho empenhado dos manejaadores do pilão. Por tudo o que já foi feito e pelo que vai ser realizado, o meu reconhecimento e agradecimento ao executivo camarário superiormente presidido pelo senhor Presidente da Câmara de Vereadores: é notável a capacidade de resiliência demonstrada e que foi necessária para se abstrárem dos obstáculos criados e prosseguirem com um volume tão grande obras e de projetos; é notável como uma autarquia que consegue uma poupança de um milhão e meio de euros conseguir candidatar-se e realizar obras no valor de cerca de 15 milhões de euros, com um endividamento comparativamente insignificante e uma taxa de execução das mais elevadas do País: é obra de mérito, senhoras e senhores autarcas.

Uma nota ainda sobre o assunto: este volume de projetos aprovados ou em fase de aprovação, só foi e é possível devido à gestão autárquica criteriosa da CDU no município de Benavente ao longo dos anos, conseguindo manter quase intocável a sua capacidade de endividamento, pagando em prazos invejáveis aos fornecedores e aos seus funcionários - conseguindo até, onde foi possível, defender os direitos dos seus trabalhadores contrariando intenções lesivas governamentais -, mantendo as contas em ordem e formando uma “pé-de-meia” capaz de hoje fazer face à parte não comparticipada das muitas obras e projetos em curso: coisa que muitos municípios por vezes apontados como referências não conseguiram.

A CDU fez tudo bem? Certamente que não. Tomou as opções corretas? Sou da opinião que sim. Os resultados estão à vista: o concelho do distrito com maiores exportações, acima mesmo dos antigos centros industriais; a escassez de casas tanto para arrendar como para vender, sinal de que a população está em crescimento; um parque escolar que é em si mesmo um fator de atração para o município, aliás, os projetos de alargamento das unidades escolares terá de ser revista em alta devido ao facto de sermos o município com maior crescimento demográfico do distrito; o saldo dos fluxos dos que saem do município para trabalhar e dos que entram continua a ser



Miguel
F. L.
V. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

positivo para os que cá ganham a sua vida; as unidades industriais aqui localizadas têm-se expandido criando mais postos de trabalho e conhecem-se interessados em implementar aqui projetos para novas unidades industriais, hoteleiras e comerciais. Benavente continua a ser um município em Mudança! ao serviço dos seus munícipes com Trabalho, Honestidade e Competência!

Quatro perguntas para o senhor Presidente do executivo municipal:

Primeiro: - Em que medida o volume de processos, queixas, reclamações e denúncias feitas no início do mandato atrasaram a execução dos projetos, respetivas candidaturas e sua execução?

Segundo: - Seria interessante sabermos se os vários processos instaurados já têm conclusões e se é possível saber-se se em algum desses casos foram encontradas ilegalidades?

Terceiro: - Qual a previsão da taxa de execução dos projetos financiados em parte por fundos europeus e a comparação com o todo nacional?

Quarto: - É possível hoje prever qual a taxa de cumprimento do programa eleitoral da CDU no fim do mandato?

O meu agradecimento pelo vosso desempenho e resiliência demonstrada.”

Prosseguindo, a eleita **Dora Morgado**, em **primeiro lugar**, lamentou o facto de se estar a chegar ao final do mandato, sem que tenha sido concretizado o teor da Recomendação do Grupo Municipal do PSD, aprovada em sessão de 28 de abril de 2018, das **sessões da Assembleia Municipal serem transmitidas em direto**, tema a que se tem referido, de forma recorrente, ao longo das últimas sessões.

Em **segundo lugar**, reportou um assunto levantado na sessão de 13 de fevereiro de 2020, sobre a necessidade de ser criado **um lugar de estacionamento, para cargas e descargas, na Rua Calouste Gulbenkian, junto à Escola João Fernandes Pratas, em Samora Correia**. Insistiu nos transtornos causados, principalmente, no período da manhã, pelas carrinhas e camiões que param em segunda fila para abastecer os estabelecimentos comerciais da zona, com a agravante de coincidir com o início das aulas, o que dificulta toda a circulação envolvente, incluindo o autocarro que transporta os alunos para a Escola de Porto Alto.

Quanto à eleita **Cristina Branco**, em jeito de balanço de “quase” final de mandato, deu destaque a uma iniciativa do Grupo Municipal do PSD, não concretizada, ainda, pelo Executivo, que sugeria a realização de uma **sessão de apresentação dos vários projetos promovidos pela autarquia**. Considera que seria uma boa forma de todos se inteirarem dos muitos investimentos que o Município pretende levar a efeito, os quais constituem, para si, um motivo de satisfação.

A propósito da expressão utilizada pelo eleito Domingos David, de que “se ouve dizer que Benavente parece um estaleiro”, concorda com a mesma, não pelo sentido pejorativo que possa acarretar, mas, pelo positivismo que transporta, alegando que “estaleiro” significa evolução e desenvolvimento e não o contrário.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Retomando o tema afluído anteriormente, sobre o **comportamento da comunidade cigana** e procurando responder àquilo que o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que “não dá nada a essas pessoas”, a eleita opinou que todos têm de responder pelos seus atos, independentemente, da sua origem étnica e, como tal, se não se comportarem condignamente devem ser chamados à razão.

Embora compreendendo que o senhor Presidente da Câmara Municipal não possa saber de tudo o que se passa “à sua volta”, deu nota de um episódio, verificado no antigo estaleiro da Câmara Municipal, onde, também, se encontram instaladas diversas famílias de etnia cigana. Teve conhecimento que os serviços tinham retirado um contador de água, colocado de forma ilícita, tendo sido repostado, passado algum tempo, por alguém que afirmou “à viva voz” que se fosse, retirado, novamente, de imediato, colocariam um outro no lugar desse.

Sublinhou não estar contra “os ciganos”, mas, as suas atitudes, que as toma como sendo desrespeitadoras de toda a comunidade, vinculada ao dever do cumprimento de regras, porque se as infringir sabe, de antemão, que será penalizada por isso, como o corte do fornecimento de água, de luz, de gaz, etc.

A terminar, identificou uma outra situação, que a leva a refutar a ideia de que “Benavente é um concelho tranquilo”, por não corresponder àquilo que, na realidade, se está a passar. Presenciou, recentemente, durante uma caminhada pela Vila das Areias, que se encontrava uma “multidão” de indivíduos de etnia cigana junto a um café. Numa primeira impressão, concluiu tratar-se de alguém que poderia estar infetado com a doença Covid-19, levando-a a afastar-se. Porém, uma transeunte conhecida, que passava no local, esclareceu-a que “aquilo” era o resultado dos incómodos causados por uma família de etnia cigana que vive num prédio na zona e que quase, diariamente, provoca desacatos no café. “Será que isto que se passou é considerado seguro?” questionou.

A eleita **Esmeralda Salvador** expressou o seu desacordo face à medida tomada pela autarquia de suspender o **transporte dos elementos do Coro Municipal** para as instalações do Centro Cultural de Benavente, onde decorrem os ensaios. Na sua opinião, a autarquia deve continuar a assumir esse transporte, com a implementação de medidas restritivas que levem ao distanciamento social entre os seus utilizadores, de forma a não comprometer a sua participação e o seu contributo para a dinâmica cultural do Município.

A última intervenção coube à eleita **Leonor Dias**. Dirigindo-se diretamente à senhora Presidente da Assembleia Municipal, declarou o seguinte:

“A minha intervenção prende-se com a tomada de conhecimento, há escassas horas atrás, de uma **entrevista que a senhora deu a um jornal regional**, na qualidade, precisamente, de Presidente da Assembleia Municipal de Benavente.

À partida, este facto não mereceria qualquer reparo do Grupo Municipal do PS, não fora a constatação de que a senhora Presidente decidiu que seria aceitável representar a rábula da “Olívia patroa e da Olívia empregada” esquecendo que, na verdade, apesar das curiosidades, a nível pessoal, que divulgou, não deixou nunca de ser a Presidente desta Casa da Democracia.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Ora, para estupefação de quem leu o texto jornalístico, a senhora Presidente esqueceu que, a par das competências legais que lhe estão associadas através de diplomas legais, como o Estatuto dos Eleitos Locais e o Regime Jurídico das Autarquias Locais, existe implícito um Código de Conduta que foi olvidado, seguramente, neste artigo.

Da Presidente desta Assembleia Municipal, também, se esperaria a capacidade de agregar, de procurar a colaboração entre os Grupos Municipais e não acentuar e fomentar potenciais divisões.

A senhora esteve presente na Mesa desta Assembleia Municipal nos dois mandatos anteriores, como fez questão até de recordar, como Secretária, mas aprendeu pouco com os Presidentes que a antecederam, nesta matéria. Surpreendentemente, quiçá prenúncio da mudança dos tempos, é a posição de aparente complacência da sua família política, que tem tentado passar a imagem pública de sobriedade e descrição, perante os dislates debitados. As motivações para este tipo de exposição pública e afirmações poderão ser de diversa índole: poderão significar a procura do “tal minuto de fama” ou a página, no caso, de exibição ou, ainda, o exercício de um ato político. A ser este último, devo dizer-lhe que foi um autêntico “tiro nos pés, já que não fez mais do que reconhecer, “preto no branco”, que o Partido Socialista nesta Assembleia é, de facto, a oposição.

Agora, senhora Presidente, afirmações como e transcrevo: “há pessoas com as quais não se consegue trabalhar e que só querem atacar”. Esta e outras que vou citar a seguir merecem, de facto, uma explicação. Dizer que, embora não falando em nomes, não se escusa de identificar o Partido Socialista “como aquele com o qual não se consegue trabalhar ou sequer ter uma conversa”, “As pessoas que o representam não estão disponíveis para isso”, acrescentando que “por mais que tente conseguir unir as diferentes forças partidárias e pô-las a trabalhar em equipa em prol do concelho, esse é um objetivo que fica por cumprir neste mandato.”

Ora, senhora Presidente, ficar-lhe-ia muito bem exemplificar, dar exemplos disto que, aqui, afirma.

Por outro lado, mais abaixo, afirma que “na Assembleia Municipal arregaçamos pouco as mangas”. Seguramente, a senhora falou por experiência própria! Continua dizendo que “Fiscalizamos, mas não executamos nada, se houvesse trabalho em equipa, poderíamos fazer mais pelo Concelho!”

Eu devo recordar-lhe, aqui, uma coisa, a senhora esqueceu, completamente, a existência das Comissões Específicas, que fazem parte integrante do Regulamento desta Assembleia. Na verdade, devo dizer-lhe que, se aí, não sentiu necessidade, e também tinha assento numa delas, de arregaçar as mangas foi porque não quis, porque, certamente, outros o fizeram, como foi, de resto, reconhecido, aqui, em sessão pública desta Assembleia.

Senhora Presidente, eu escuso-me de fazer mais citações, mas, na verdade, foi um exercício lamentável, lastimável, aquele a que se prestou, não é no que toca aos pontos da sua vida pessoal, como ser individual, tem toda a liberdade de dizer, de fazer o que quiser e onde quiser. Agora, nesta qualidade, o que é assumido logo no texto inicial, “na caixa”, fazê-lo em nome e como Presidente desta Assembleia é que, na verdade, acho absolutamente inqualificável o exercício a que se dispôs.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Concluídas as intervenções, o senhor Presidente da **Câmara Municipal** respondeu às questões suscitadas pelos eleitos.

Ao eleito **Mário Pereira** disse que partilhava das preocupações manifestadas em relação às **carreiras da função pública**, principalmente, as da área operacional, tendo em conta aspetos relevantes como a motivação e o reconhecimento, que lhe conferem uma situação difícil para quem nela se encontra integrado.

Identificou vários exemplos que demonstram a dificuldade, em termos salariais, de entre operacionais qualificados e não qualificados, assim como de entre aqueles que iniciam a carreira comparativamente aos que detêm uma carreira mais longa. Fatores que, sublinhou, contribuem para a instabilidade em ambiente de trabalho e para a dificuldade de recrutamento nessas áreas.

Relativamente ao apelo feito para que os eleitos desenvolvam ações que possam minimizar a situação, mostrou-se disponível para, em sede de discussão orçamental, avaliar possíveis soluções.

No capítulo da **segurança** e da forma como se tem **comportado um grupo de indivíduos de etnia cigana**, lembrou as reuniões havidas com a população e o compromisso assumido em sessão da Assembleia Municipal de 29 de junho último, de serem tomadas medidas firmes, céleres e ajustadas aos acontecimentos ocorridos, entre as quais o reforço da intervenção do serviço de ação social, que tinha sido interrompida por força da pandemia.

Foi criada uma equipa técnica com o objetivo de avaliar e de acompanhar as famílias que se encontram alojadas em terrenos municipais. Esse programa abrange um conjunto de iniciativas, a que essa comunidade se comprometeu dar cumprimento, encontrando-se a ser monitorizado e se não for respeitado, assumiu que a autarquia atuará em conformidade.

Em termos de segurança, numa conjugação de esforços, realçou o trabalho que está a ser articulado entre a Câmara Municipal, Junta de Freguesia de Benavente e GNR local.

Contudo, a GNR transmitiu, desde logo, que não dispunha de meios humanos necessários ao reforço dos Postos Territoriais do Município, disponibilizando, em alternativa, recursos centrais direcionados para atuação local, o que tem vindo a acontecer.

Em face daquilo que são as necessidades atuais, considerou a posição da GNR manifestamente insuficiente. Como tal, reivindicou, junto do Ministério da Administração Interna, a chegada de mais meios para reforçar o poder de atuação das forças de segurança na área do Município.

Complementou que, fora do âmbito das famílias instaladas em terrenos municipais, existem outras que têm dado origem a **situações de conflito**, entroncando, aqui, o caso reportado pela eleita Cristina Branco, ocorrido na **Vila das Areias**. Traduz-se numa única família, que tem provocado perturbações constantes junto da comunidade.

Considera inaceitável tudo aquilo que se está a passar, num cenário de manifesta fragilidade, pontuado pelo insuficiente poder de atuação da GNR e pelo receio das pessoas em apresentarem queixa, por temerem represálias.



Handwritten signature or initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Neste contexto, reassumiu o compromisso da Câmara Municipal de “atacar” o problema, com a adoção de uma postura forte, que ponha termo aos episódios violentos a que se tem assistido ultimamente e que têm sido causadores da perturbação da ordem pública.

Dirigindo-se a todos, enquanto cidadãos e eleitos pertencentes a uma comunidade, deixou uma crítica àqueles que persistem em continuar a alugar e a vender habitações a indivíduos de etnia cigana que, independentemente de terem esse direito, têm vindo a revelar comportamentos inadmissíveis, alguns, até, com ligações à criminalidade.

Continuando neste campo, referiu-se à outra situação relatada pela eleita Cristina Branco, a **retirada do contador de água**.

No âmbito das medidas anunciadas anteriormente, revelou que tinha sido desenvolvida uma ação musculada da GNR às instalações em causa, através do seu corpo de intervenção, que não se fez anunciar. Em resultado dessa operação, não foram detetadas armas ou munições, mas, sim, ligações ilícitas subterrâneas à rede elétrica, não se tendo verificado o tal “contador de água”. Quanto a isso, agradeceu o aviso para uma atuação em conformidade, pese embora o assunto ser da responsabilidade das Águas do Ribatejo, a quem o irá reportar.

Observou, ainda, que a família alojada se encontra sinalizada, sendo alvo, recorrente, de ações de acompanhamento e de fiscalização, por parte dos serviços da autarquia, nomeadamente, em relação à **sucata depositada**. A este título, apesar de grande parte ter sido retirada, foram notificados para a sua retirada total, durante um prazo determinado. Em caso de incumprimento, serão intimados a sair, definitivamente, do local.

Passando à intervenção do eleito **Domingos David**, fez uma retrospectiva do mandato em curso.

Afirmou que o seu início foi marcado por um **conjunto de condicionalismos e de intenções conjugadas que perturbaram e, por consequência, atrasaram o desenvolvimento normal da autarquia, nas mais diversas dimensões**. Nesse sentido, assistiu-se a uma combinação de esforços, designadamente, em relação ao processo de aprovação do PDM-Plano Diretor Municipal, instrumento que considerou de elevada importância para a afirmação do Município.

Mostrou-se convicto que se tratou de uma posição, como de um objetivo balizador se tratasse, que foi protagonizada por diversas entidades, entre as quais a Quercus. Acentuou o atraso significativo que provocou na capacidade de promover o desenvolvimento do Município, ao ter criado sucessivos obstáculos judiciais, que foram protelando a sua aprovação final e eficácia, que somente se verificou em 2019.

A par destes entraves, apontou, igualmente, várias queixas na IGF-Inspeção Geral de Finanças (dezenas) e na Polícia Judiciária, com o objetivo claro de impedirem e dificultarem o trabalho da autarquia.

No entanto, apesar deste cenário perturbador, sublinhou que, até ao momento, não foi emitida qualquer decisão desfavorável para a autarquia.



M. J. J. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Quanto à IGF, deu conta da receção, recente, de um relatório que se encontra a ser avaliado pelos advogados da autarquia, que será distribuído à Assembleia Municipal e aos srs. Vereadores. Na mesma linha dos processos judiciais, não identifica nenhuma ilegalidade sobre as muitas acusações que foram apresentadas.

Crê que este “abanão” de dois anos, conturbou, fortemente, a estrutura da autarquia, quer ao nível do Executivo, quer ao nível dos seus funcionários, alegando que, em vez de se trabalhar naquilo que era importante, em prol do desenvolvimento do concelho, a Câmara Municipal “gastou” o seu tempo a envolver-se nestes processos, com toda a carga administrativa que acarretam, a que se juntou o compreensível clima de receio que se instalou no Município. Fatores, que vieram provocar um impacto significativo nos objetivos a que se propunha atingir.

Neste contexto, deu particular enfoque ao anterior Presidente da Câmara Municipal de Benavente, António José Ganhão, envolvido, igualmente, num processo judicial, que o sujeitou, durante 10 anos, a um “massacre” e a um escrutínio, que considerou das “páginas mais negras” que foram escritas sobre a sua pessoa. Mesmo tendo em conta a resposta favorável da justiça, evidenciou os “10 anos” que teve de esperar para que isso acontecesse.

Em termos atuais, destacou o **conjunto vasto de obras** que se encontram a ser executadas ou lançadas, fruto do trabalho de planeamento que a Câmara Municipal se empenhou em realizar, as quais acredita que irão contribuir para o desenvolvimento futuro do Município.

Reiterou que as intervenções foram objeto da comparticipação de fundos comunitários, cujo processo de programação, em termos de elegibilidades, se arrastou por muito tempo, devido aos seus contornos de indefinição. Situação que causou demora na sua concretização e, em consequência, uma execução deficitária face às expectativas, inicialmente, criadas. Tal facto, não o impede, contudo, de considerar que será um desafio ou um teste à capacidade da autarquia de levar por diante todos estes projetos. Prova disso, são os índices de execução, a nível nacional, onde a CIMLT-Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo é quem dispõe, de entre todas as Comunidades Intermunicipais, da maior taxa de execução do País, para a qual muito contribuiu o Município de Benavente.

Revelou que a Câmara Municipal, no universo dos fundos contratualizados, tem, no momento, a quase totalidade dos projetos, ou executados, ou em execução, ou em fase de adjudicação, como foi o caso da Requalificação do Centro Histórico de Samora Correia.

Tem esperança que tudo irá correr bem, pese embora o panorama “negro” por que passa o setor da construção civil, a contar com as poucas empresas que resistiram à crise económica derivada da “troika”, cenário que levou à diminuição da sua capacidade de resposta, face à procura existente.

Exemplificou que, quatro dessas empreitadas, tiveram de sofrer reajustamentos, dado que os respetivos concursos ficaram “desertos” de propostas. Porém, tem a expectativa de que, até ao final do ano, se concretizem as respetivas adjudicações, de forma a que as mesmas possam ser concluídas durante o ano de 2021.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Ainda em relação aos fundos comunitários, em função da sua pouca execução financeira e de eventuais reprogramações financeiras que possam surgir, antecipou a disponibilidade “em carteira” de um conjunto de projetos que permitem usufruir dessas verbas e que estão prontos a ser lançados, enunciando alguns deles: - requalificação do celeiro dos Arcos, Benavente; - construção do arquivo histórico na Biblioteca Municipal de Benavente; - requalificação da sede do rancho folclórico “Saia Rodada” (considerado prioritário); - requalificação do celeiro dos “Oliveiras”, em Samora Correia.

Anunciou, também, o lançamento, na próxima semana, do concurso de requalificação da Azinhaga do Contador, em Benavente, a par de um conjunto de projetos que se encontram em condições de arrancar.

Em termos de programa eleitoral da CDU e com o final do mandato a aproximar-se, mantém a expectativa favorável de uma taxa de cumprimento muito positiva, com situações que vão além do programado e outras que, eventualmente, não irão ser concretizadas.

Quanto à **economia do Município**, apesar das repercussões negativas da pandemia na dinâmica económica do País, destacou os indicadores favoráveis de desenvolvimento que se avizinham, sendo um deles a instalação prevista de diversas unidades industriais, que, além de criarem algumas centenas de postos de trabalho, irão causar um impacto muito elevado na expansão económica do Município. Até ao final do ano, espera poder anunciar este importante conjunto de investimentos.

Mencionou que um outro indicador que tem contribuído fortemente para este clima favorável,” tem sido o **crescimento das empresas sediadas no concelho**, como a “João de Deus” e a “Silvex”, que ampliaram, recentemente, as suas instalações, ou a nova unidade industrial ligada ao setor alimentar (fabrico de lasanhas), sediada em Samora Correia.

Por último, referiu-se ao **setor hoteleiro**, que se encontra, igualmente, em fase de grande desenvolvimento. Aguarda-se a conclusão do licenciamento do projeto de dois hotéis com alguma dimensão, tendo sido licenciado um outro, com menor dimensão, existindo interesse de investidor para a construção de um outro hotel, com cerca de 50 camas.

Assinalou, ainda, que são investimentos que estão a ser “trabalhados” há algum tempo, mas que, só agora, foi possível avançar, integrando-se os mesmos no plano estratégico do Município para a promoção do turismo, onde o alojamento funciona como peça fundamental.

Noutras variantes do alojamento, arrendamento ou venda, o cenário afigura-se mais difícil, demonstrando que, em termos comparativos, há sete anos, existiam cerca de 1000 casas desocupadas, enquanto que, atualmente, não existe habitação. Para fazer face à situação, afirmou que a autarquia está a desenvolver contactos junto dos construtores, procurando estimular o setor para a necessidade de investirem na **área habitacional**, no sentido de dar resposta àquilo que tem sido a procura no Município.

Regressando ao tema económico, deu especial destaque ao nível elevado de **desempenho do Município**, bem ilustrado no ranking nacional das exportações. Em termos de distrito, salientou a posição do Município de Benavente em primeiro lugar, de entre Municípios de grande dimensão,



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

como o de Santarém, Abrantes, Tomar, ou Torres Novas. Considerou e valorizou o trabalho dos empresários como sendo os grandes autores deste exercício “extraordinário”,

Finalizou o retrato económico, esperando que toda a conjugação positiva que se vive, se mantenha dentro das linhas de desenvolvimento e de prosperidade que a autarquia pretende para o Município. Contudo, tem consciência dos momentos de instabilidade que se vivem e o quanto poderão prejudicar o otimismo envolvente.

Dando continuidade ao período de respostas aos eleitos, esclareceu a eleita **Dora Morgado** que a colocação do **sinal sugerido para “cargas e descargas”** já foi aprovada pela Câmara Municipal, encontrando-se pendente da emissão de parecer da Junta de Freguesia, dos Bombeiros e da GNR, os quais irão sustentar a decisão final e a sua implementação. Observou que irão ser colocados dois sinais, em vez de um, como tinha sugerido a eleita.

Quanto à intervenção da autarca **Cristina Branco**, registou o reparo na **demora da apresentação dos projetos**. Espera, no entanto, que a sua concretização se efetive no próximo mês de outubro. Antecipou que o programa constará de apresentação, discussão e, eventualmente, visitas às obras em curso, incluindo algumas que não são visíveis do exterior, como o caso das intervenções que decorrem no interior das piscinas municipais. Deixou o assunto à consideração da Mesa da Assembleia Municipal. Justificou, ainda, que os técnicos se encontram, de momento, focados e envolvidos na concretização de projetos que estão a acontecer, o que torna difícil o seu “desvio” para outros segmentos de atividade da autarquia.

Em relação às questões de **segurança**, destacou que, contrariamente, ao sentimento transmitido pela eleita, não considera o Município inseguro. Aquilo que existe são problemas identificados. Sustentou que os indicadores públicos apontam para uma diminuição da criminalidade, muito embora entenda que a resposta da autarquia deve ter em conta os níveis de segurança sentidos pela população e não as percentagens e os números que são transmitidos.

Defende que a imagem do Concelho não deve ser denegrida, nem rotulada de insegura, onde impere o domínio de etnias. A este título, deu o exemplo duma senhora, residente em Odivelas, que lhe transmitiu a intenção de se transferir para a Câmara Municipal de Benavente e de fixar residência na zona. No entanto, a par deste intuito, referiu a mensagem de alguma preocupação devido ao facto de pessoas conhecidas a terem alertado para a existência de problemas com etnias ciganas, na área do Município.

Não descurando o problema, considera que estas situações devem ser evitadas por não corresponderem à realidade dos factos. Tem consciência que o problema existe e que tem de ser tratado e eliminado, mas há que incutir um certo cuidado naquilo que se transmite, no sentido de evitar dar outras dimensões aos acontecimentos.

Pronunciou-se, por último, relativamente à intervenção da eleita **Esmeralda Salvador**.

Revelou desconhecer a situação apontada pela eleita, discordando, de antemão, da decisão que levou à supressão do **transporte** em causa. Realçou o trabalho meritório **do grupo coral**, cuja evolução significativa tem sido visível nas suas atuações, constituindo, por isso, um projeto que o Município se tem empenhado em valorizar e em melhorar as suas condições de trabalho.



Mig
J. J.
WJ

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Considera que a vida cultural não pode ser interrompida devido à situação provocada pela Covid-19, antes, devem ser criadas as necessárias condições de segurança e a imposição de regras para poder continuar a sua atividade normal. Assumiu o compromisso de avaliar a origem da decisão e a hipótese de ser revertida.

Para complementar as declarações proferidas pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, o senhor **Vereador Hélio Justino, responsável pelo pelouro da cultura**, pediu autorização para usar da palavra, que foi concedida.

Admitiu não ter dado conhecimento da decisão tomada, por estar numa fase inicial de teste. Antes, porém, enalteceu o trabalho do grupo coral, com 17 anos de existência, cujo desempenho tem sido acarinhado e um motivo de orgulho para os responsáveis políticos que têm governado a autarquia.

Elogiou o trabalho do seu impulsionador, o maestro Daniel Manuel, que tem mantido a dinâmica séria e responsável do projeto, refletido no interesse e no entusiasmo dos participantes do coro. Situação que tornou extensiva aos funcionários da Câmara Municipal, que se têm disponibilizado para garantir o transporte do grupo de e para os ensaios, muitas das vezes, depois do seu horário normal de trabalho, duas vezes por semana.

Explicou que, devido à pandemia, muitas das carrinhas municipais deixaram de poder circular da forma habitual, isto é, lotadas, por não oferecerem as necessárias condições de segurança para continuar o transporte desse modo. Como alternativa, o recurso aos autocarros, também, não era viável, porque, para além da disponibilidade de, apenas, três motoristas habilitados para a sua condução, existem condicionalismos vários de disponibilização de horários e de critérios legais que impedem a sua afetação ao serviço pretendido, pelo menos, com a garantia do cumprimento legal.

Sem prejuízo da procura de uma solução para o problema, na perspetiva de manter a dinâmica atual, assumiu não ser uma tarefa tão fácil, quanto parece transparecer. Assim e face às atuais condições logísticas existentes e em atenção ao estado de pandemia que se vive, referiu não ser possível, de momento, assegurar o transporte em causa.

Na sua perspetiva, parece-lhe a decisão mais correta, preferível a outra que permita o transporte por via de soluções alternadas e não definitivas, que poderão, eventualmente, criar um sentimento mais complicado aos utentes alvo. Mostrou-se disponível para o encontro de resoluções.

A finalizar o **Período de intervenção dos Grupos Municipais**, a senhora Presidente da Assembleia Municipal respondeu às questões que lhe tinham sido dirigidas pelas eleitas **Dora Morgado e Leonor Dias**.

Informou a eleita **Dora Morgado** que o **assunto das transmissões em direto das sessões da Assembleia Municipal** “não caiu no esquecimento”. Do contacto estabelecido com o responsável do serviço de Aprovisionamento, foi-lhe indicado que o orçamento final será apresentado na próxima semana, tendo, desde logo, assumido que será discutido em sede de Conferência de Representantes dos Grupos Municipais e analisado, conjuntamente, com o senhor Presidente da Câmara Municipal. Deu nota do valor exorbitante que envolve os custos destes equipamentos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Face ao teor da **entrevista focada pela eleita Leonor Dias**, a senhora Presidente da Assembleia Municipal teceu os seguintes comentários:

“A entrevista que dei não foi para um jornal nacional, mas, sim, para um jornal regional, no caso “O Mirante”. Não fui eu que pedi que me entrevistassem procurando “um minuto de fama”, mas em resultado de pedidos sucessivos, que vinha adiando, por impossibilidade de estar presente.

No decorrer do texto e até mesmo o seu título, estão descontextualizados em relação àquilo que disse e quando falo “em arregaçar as mangas” eu considero-me “uma mulher de arregaçar as mangas e de trabalho”.

Efetivamente trabalhou-se imenso na Comissão, da qual faz parte, hoje em dia menos, mas o que quis dizer é que, em muitas outras ocasiões, houve oposição por parte de todos os eleitos do PS, uma das quais eu referi na entrevista, não mencionando nomes, porque não havia necessidade disso, querendo referir-me concretamente àquilo que se passou nas reuniões intermunicipais, onde a mesma matéria discutida mereceu concordância unânime por parte dos representantes de todas as forças políticas do órgão deliberativo.

A jornalista pode é não ter entendido as minhas palavras, descontextualizando aquilo que eu disse. Eu não considero que tenha dado “um tiro nos pés”, como diz a eleita. Essa é a sua opinião e, com certeza, que os outros também terão a sua.

Quanto a ser Presidente da Assembleia Municipal, tento fazer o meu melhor e dar o meu melhor. Ninguém é perfeito, a senhora também não é perfeita, tentamos dar o nosso melhor, a nossa melhor contribuição. Eu quando aceitei este projeto e este convite foi para colaborar e trabalhar em equipa, ninguém trabalha sozinho, mas em equipa, independentemente, de haver partidos diferentes, mas podemos chegar a um consenso, através da opinião de cada um.”

Concluído este Período, passou-se ao **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**

PONTO 1 – PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA EN 118 COM O ACESSO À A10 – Freguesia de Benavente

– Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual:

Na apresentação do tema em discussão, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que a matéria surge no âmbito do trabalho de requalificação de diversas rotundas que o Município tem vindo a realizar, conjuntamente, com as próprias Juntas de Freguesia, num contexto onde tem plena consciência que as mesmas não dispõem dos meios financeiros suficientes para avançarem, por si só, com este género de intervenções, resultando, daí, a necessidade de as apoiar financeiramente para o fazerem.

Situou a rotunda num local de grande visibilidade, o nó de acesso à A10, da maior importância para o Município. Em nota prévia, salientou que o aspeto cuidado da rotunda se deve à sua manutenção por parte da Junta de Freguesia de Benavente, que assumiu essa responsabilidade por via de acordo firmado com a IP-Infraestruturas de Portugal.



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Transmitiu que, do seu histórico, consta um primeiro projeto, que não mereceu a aprovação da IP, com base numa medida que não permite incluir no seu interior obstáculos rígidos, que possam perigar a vida dos automobilistas.

Na sequência, a Junta de Freguesia de Benavente repensou um novo projeto, vertendo para o local elementos históricos que espelham a vivência do Município, associados ao campo, ao campino e ao touro, através de uma versão que prima pela diferença dos demais projetos existentes, onde a intenção é aliar a vertente festiva à naturalidade do campo.

Detalhou que o cenário é desenhado por cinco touros, um campino, um cão e arvoredos à volta, simbolizando os animais em ambiente natural de pastagem.

No âmbito deste tipo de projetos, deu a conhecer que a Junta de Freguesia de Samora Correia pretende avançar com a requalificação da rotunda do Infantado, cujo tema escolhido é o montado de sobro, igualmente, um símbolo de identificação do território.

Na mesma linha, mencionou que a requalificação das rotundas das “Areias” e do triângulo das “Palmeiras”, em Benavente, se encontram em fase avançada de projeto, sendo que as obras serão objeto de protocolo entre a Câmara Municipal e a IP, cuja assinatura está prevista para breve. Relembrou que cabe à autarquia a execução dos projetos e à IP a sua concretização no terreno. Para o seu embelezamento, prevê-se uma outra vertente da imagem associada ao Município, ligada às atividades do campo.

Num breve apontamento, realçou a importância deste tipo de intervenção, que tem servido como um “cartão de visita” do Município e que tem tido reconhecimentos vários vindos do exterior, a ponto de já ter sido contactado, várias vezes, por outros Municípios, geograficamente distantes, pedindo referências dos materiais utilizados para replicarem nas suas localidades, o que não deixa de ser um fator que revela bem o interesse que têm suscitado.

Tudo razões que levam a Câmara Municipal a confiar a continuidade deste trabalho às Juntas de Freguesia.

Ainda em relação a este ponto, definiu que o valor da obra rondará os 75.000,00 euros, assumindo a Câmara Municipal o seu financiamento até 70.000,00 euros, sendo o restante a expensas da Junta de Freguesia de Benavente. Em termos de prazos, prevê-se que a obra seja iniciada ainda no corrente ano, estando disponibilizados 50.000,00 euros para este ano e 20.000,00 para o próximo ano, estimando-se a sua conclusão em junho de 2021.

Aberto o debate para a discussão do Ponto, inscreveram-se os eleitos **Nuno Pires e Mário Pereira**.

O eleito **Nuno Pires** congratulou-se, **em primeiro lugar**, pela consideração que têm tido as propostas e opiniões do Grupo Municipal do PS, no sentido de ser criada uma imagem comum associada às vivências próprias que caracterizam o Município e que se tem refletido nas rotundas.

Em segundo lugar, questionou se estavam previstos para as Freguesias de Santo Estevão e Barrosa projetos de natureza idêntica aos das outras Juntas de Freguesia, não só ao nível de rotundas,



Mário
J. P.
M.P.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

como também de outras intervenções que incluam esta identidade comum em toda a área do Município.

Em terceiro e último lugar, colocou uma questão, cuja resposta dependeria a orientação a dar ao sentido de voto do Grupo Municipal do PS: “a rotunda irá ter uma placa identificativa ou não? Uma vez que as de Samora Correia não têm, se a de Benavente, uma vez que é da responsabilidade da Câmara Municipal, irá ter alguma placa que identifique o seu significado para o nosso concelho.”

Na sua intervenção, o eleito **Mário Pereira** lembrou que o pedido de apoio financeiro subjacente a este ponto foi aprovado na reunião da Câmara Municipal, por uma maioria de votos, com a abstenção dos eleitos do PS e do PSD, por discordarem do cenário a incluir na rotunda, concluindo, desta forma, que os seus eleitos estão mais preocupados na escolha dos temas associados à rotunda do que no desenvolvimento do concelho. Como se não bastasse, o PS pretende, também, a colocação de uma placa na rotunda, fazendo depender disso a sua orientação de voto.

Em resposta, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** explicou ao eleito Nuno Pires que as rotundas traduzem uma identidade própria, não numa perspetiva individualizada de cada Freguesia, mas comum a todo o Município, procurando-se transmitir um pouco dos aspetos e das raízes que caracterizam a atividade do Município, sendo nesse contexto que esses espaços constituem uma mais valia para ilustrarem as imagens que marcam o quotidiano das populações. Em termos de futuro, se se justificar a sua construção, quer na Barrosa, quer em Santo Estevão, as rotundas serão preenchidas com motivos, na mesma perspetiva das anteriores.

Completo, afirmando que a estratégia temática seguida é para ser implantada em rotundas de grande circulação, pela razão de constituírem, quer um investimento de poucos recursos financeiros, quer uma forma simples de transmitir a identidade do Município.

Quanto à existência da placa, pessoalmente, considera que seria um bom local para simbolizar um dos grandes investimentos que o Executivo está a procurar localizar na área do Município, numa oportunidade de aproveitar a sua grande visibilidade para cativar mais investimentos. Considera que é caso para se dizer que “uma imagem vale por mil palavras”, alegando que quem passa por estes espaços não fica indiferente à mensagem de identificação do território que se pretende transmitir, muito mais, até, do que as explicações indicativas dos símbolos expostos. Contudo, na base do respeito por todas as correntes de opinião, deixou a decisão ao critério da Junta de Freguesia, tanto mais que se trata de um assunto que irá refletir o sentido de voto dos eleitos do PS.

Na sequência, **a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Benavente, Inês Correia**, pediu autorização para usar da palavra, que foi concedida.

Cumprimentou e saudou todos os presentes, sublinhando, em primeiro lugar, que o Executivo da Junta de Freguesia é constituído por cinco pessoas e não por “quatro mais um”, ou seja, a decisão foi tomada pela totalidade dos eleitos que o compõem. Em segundo lugar, fez o enquadramento do projeto em questão. Pretendeu-se avançar com algo diferente, inovador, mas que não colidisse com as linhas inspiradoras que orientaram as rotundas anteriormente construídas no Concelho. Das várias propostas em discussão, a opção recaiu sobre a temática do trabalho no campo vivido



Handwritten signature and initials

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

na “Quinta da Foz”. Confia que o projeto irá passar a mensagem daquilo que se pretende simbolizar, com as formas escultóricas a expor.

Quanto à questão da placa, tomou boa nota da sugestão, informando que a irá levar a conhecimento do Executivo, para que essa possibilidade seja avaliada e decidida em conjunto.

Complementou que, logo que seja aprovado o apoio financeiro e concluídos os procedimentos administrativos necessários à sua prossecução, a obra irá avançar de imediato.

Mostrou-se disponível para prestar esclarecimentos, colocando à disposição o projeto para consulta.

Finalizada a discussão, procedeu-se à votação do Ponto número um: PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA EN 118 COM O ACESSO À A10 – Freguesia de Benavente, que foi aprovada por maioria, com treze votos a favor, sendo doze da CDU e um do PS e onze abstenções, sendo seis do PS e cinco do PSD.

Antes do início da discussão do Ponto seguinte, **a senhora Presidente da Junta de Freguesia de Benavente** solicitou, novamente, autorização para usar da palavra, que foi aceite. Declarou o seguinte:

“Lamento profundamente que a bancada do PSD se tenha absterido na votação deste projeto, porquanto a Junta de Freguesia é bipartida e tem um elemento do PSD no seu Executivo. Lamento, profundamente, depois do trabalho que tem vindo a fazer de junção, de organização, de trabalho de interajuda, entre os elementos da Assembleia de Freguesia e o próprio Executivo, que os elementos da bancada do PSD, desta Assembleia Municipal, se abstenham, desta forma, nesta proposta para o embelezamento da rotunda de acesso à A10.”

PONTO 2 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO E DA PRAÇA DA REPÚBLICA, EM BENAVENTE

– Apreciação e eventual aprovação da autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º 1, do art.º 6.º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na redação vigente:

Contextualizando o Ponto, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** esclareceu que se trata de uma das empreitadas que ficou “deserta” de concorrentes, facto que provocou atraso na prossecução das obras de requalificação do centro histórico de Benavente, levando ao aumento significativo do seu valor base e ao lançamento de novo processo concursal. O novo concurso foi adjudicado e encontra-se a aguardar “visto” prévio do Tribunal de Contas. Se a comunicação de conformidade acontecer de forma rápida, tal como se espera, tem a expectativa que as obras serão iniciadas em novembro próximo. Observou, no entanto, que o compasso de espera teve as suas consequências, fazendo “deslizar” a componente financeira da obra para o ano de 2021, face àquilo que estava previsto para 2020 e a consequente necessidade de reprogramação do compromisso anual, cuja verba será inscrita no próximo orçamento.

Inscreeveu-se para discutir a matéria o eleito **Nuno Pires**.



Bein
J.L.
Mg

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Deu nota da existência de uma discrepância de valores no documento de apoio, que, a seu ver, carecem de explicação. Indicou que na alínea a) do corpo do texto consta a verba de **1.473.000,00€** enquanto que o valor na proposta diverge para **1.432.774,92€**, conduzindo a um diferencial de cerca de **40.000,00€**.

O senhor Presidente da Câmara Municipal justificou que, na fase que antecede o lançamento de um concurso, o valor do cabimento é calculado por estimativa, não podendo a adjudicação, no âmbito do procedimento, exceder tal valor. No caso concreto, como o valor final ficou abaixo do montante inicialmente previsto, atenta a diferença de valores, houve necessidade de ser reprogramado o respetivo compromisso financeiro.

Com o debate concluído, deu-se início à votação do Ponto número dois: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO E DA PRAÇA DA REPÚBLICA, EM BENAVENTE, que foi aprovado por maioria, com treze votos a favor, sendo doze da CDU e um do PS e onze abstenções, sendo seis do PS e cinco do PSD.

PONTO 3 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL E DE MAPA DE PESSOAL

– Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do art.º 29.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alíneas m) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do art.º 4.º da Lei n.º 49.º/2012 e do art.º 6.º do DL n.º 305/2009, de 23 de outubro:

O senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que o documento traduz a intenção da autarquia de adicionar lugares de direção intermédia de 3.º grau à sua estrutura orgânica, na perspetiva, por um lado, de reforçar a capacidade de resposta de um conjunto de áreas funcionais importantes e, por outro, de preparar a autarquia para um futuro próximo que se aproxima, no que diz respeito a novas competências que estão previstas assumir.

A proposta planeia a criação de cinco unidades intermédias, no âmbito das divisões onde se inserem, com o seguinte propósito: - **na Divisão Municipal de Obras Particulares e Planeamento**, procurar uma intervenção mais próxima e um controle de execução maior, em relação a determinadas áreas específicas, como a fiscalização, quer no âmbito da atuação municipal (ambiente e planeamento), quer no âmbito das obras particulares. O que se pretende é não só rentabilizar os recursos dentro das suas especificidades, como, também, orientá-los para aquilo que se revele necessário nesses domínios.

Salientou que a recolha de resíduos constitui uma das matérias mais complicadas com que a autarquia se confronta, não por falta de meios, nem por falta de empenho, mas por questões que passam pelo comportamento menos cívico dos cidadãos.

Assinalou casos de lixos depositados junto dos contentores, acreditando que, a maior parte, não têm proveniência direta das residências, mas, sim, de empresas que laboram fora da área do Município, que passam e os depositam de qualquer forma, sem nenhum cuidado ou sentido cívico na ação que praticam.



Meir
F. J.
V. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Afirmou que a autarquia dispõe de quatro viaturas que procedem, diariamente, à recolha de monos, número que se tem revelado insuficiente. Exemplificou que, muitas das vezes, procede-se à recolha do lixo num determinado momento e passado um curto período de tempo, o local já se encontra, novamente, com mais lixo amontoado, sem qualquer acondicionamento. Conclui-se, deste modo, que não bastam os recursos municipais para fazer face ao problema, já que se têm mostrado ineficazes para o resolver, existindo períodos que concentra todos os meios ao dispor do Município. Razões que justificam a aposta da autarquia no reforço da área de fiscalização, como forma de tentar ultrapassar um cenário que, assumiu, não tem corrido bem para a autarquia.

Numa resposta de primeira linha, revelou que o Município irá avançar com uma campanha de sensibilização, que está a ser preparada no âmbito da Ecolozéria, com forte expressão na distribuição de milhares de compostores individuais pelas habitações, que se mostrarem interessadas nesse sentido. Finda a campanha, a autarquia atuará de forma fiscalizadora, que poderá ser repressiva, se tal for necessário. Mostrou-se determinado a não pactuar com a situação, alegando que o espaço público “é de todos nós”, onde não podem continuar a persistir exemplos destes, com os quais ninguém gostará de se identificar, alguns dos quais parecendo autênticas lixeiras a céu aberto.

- **No âmbito da Divisão de Obras Municipais**, criar uma estrutura intermédia que dê resposta aos projetos e investimentos (área em crescente desenvolvimento) e uma outra de cariz operacional, com o objetivo de acompanhar as intervenções em obra, as equipas de manutenção, e ainda direcionada para as questões dos resíduos, frotas, entre outras.

- **No âmbito da Divisão de Educação, Cultura, Desporto e Ação social**, áreas com uma dimensão significativa e em contínuo crescimento, as quais se deverão concentrar sob uma única coordenação, tendo em conta a interligação existente entre si e que deverão ter uma visão de intervenção muito próxima. Informou que irão ser criadas duas estruturas intermédias, uma que comportará a cultura, o desporto, a juventude e o turismo e uma outra que englobará a educação e a ação social, como áreas próximas que são.

Não terminou o tema sem deixar “escapar” que gostaria de ver os trabalhadores municipais a ocupar estes cargos. Mas, na realidade os concursos não são feitos “à medida” desse objetivo, nem são direcionados para ninguém, pelo contrário, a intenção é que o seu preenchimento atente os valores da competência e da capacidade de desenvolver um bom trabalho. Se, de entre os trabalhadores da Câmara Municipal, houver recursos que preencham estes lugares, os mesmos serão contemplados, senão, serão recrutados fora do âmbito municipal, através de alguém que ajude a autarquia naquilo que são os seus importantes objetivos para o futuro.

Ainda em relação à questão colocada pelo funcionário **António Neves**, comprometeu-se a avaliar a sua exposição, tendo equacionado a possibilidade, se assim o justificar, de ser apresentada uma proposta de alteração.

Para além das chefias intermédias, deu nota que a alteração do mapa de pessoal contempla, também, a criação de dois lugares, um para pedreiro e outro para assistente técnico na área das artes gráficas, inserido num trabalho de comunicação, que considerou importante.



M. J. L.
M. J. L.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Inscreeveu-se para o debate do Ponto, o eleito **Nuno Pires**.

Recorreu, com alguma ironia, à proposta de criação de um lugar na área das artes gráficas, para afirmar que, certamente, não será por falta de meios humanos que as transmissões em direto das sessões da Assembleia Municipal não irão para a frente, mas, sim, provavelmente, por falta de meios financeiros, o que não deixa de ser incompreensível, tendo em conta que o órgão deliberativo dispõe de um orçamento próprio. Se se assim não fosse, os seus eleitos não tinham direito ao pagamento de senhas de presença, alegou.

Do mesmo modo, em relação ao comentário da bancada da CDU de que não haveria meios financeiros para a criação de uma polícia municipal, respondeu que seria fácil, bastando “perguntar ao camarada Bernardino Soares como é que ele fez para criar a polícia municipal na Câmara de Loures!”

Finda a discussão, deu-se início à votação do Ponto número três: PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL E DE MAPA DE PESSOAL, que foi aprovada por maioria, com dezoito votos a favor, sendo doze da CDU, um do PS e cinco do PSD, e seis abstenções do PS.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO A PRESTAR NO ÂMBITO DA AUTORIZAÇÃO GENÉRICA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS E DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MESMO EFEITO – A conhecimento:

Sobre este Ponto, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** lembrou que a informação se trata de um imperativo legal, a que a Câmara Municipal tem dado sempre cumprimento, nas sessões ordinárias da Assembleia Municipal.

Não houve inscrições para debater este Ponto, pelo que a **Assembleia Municipal tomou conhecimento**.

PONTO 5 - ACOMPANHAMENTO DA ATIVIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL –

Apreciação de uma informação escrita do Sr. Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do número dois do artigo vigésimo quinto do anexo I à Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, na redação vigente:

Usando da palavra, o **senhor Presidente da Câmara Municipal** debruçou-se sobre dois temas principais, sendo a **saúde** o primeiro.

Referindo-se a **Benavente**, lamentou que a situação atual não é a que serve os melhores interesses da população. Por aposentação recente de dois médicos, embora reconhecendo os esforços encetados pela ARS e ACES na contratação de médicos que os vieram substituir, a solução encontrada não foi a melhor, por não serem médicos de família, existindo apenas um nos quadros, sendo os restantes todos contratados. Naquilo que tem sido o desenvolvimento do seu trabalho, o *feedback* não tem sido negativo, no entanto, não deixa de ser uma situação penalizadora para os utentes.



Meir
Jd.
MJP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Tem alertado, de forma insistente, junto dos responsáveis da saúde, ARS e ACES, para a assimetria que se verifica neste setor, ao nível do Município. Enquanto que, em Samora Correia, os cuidados primários de saúde prestados são de “excelente” qualidade, fruto do trabalho desenvolvido pela USF local, em Benavente existe uma oferta pouco qualificada, o que não permite que a população oriunda das freguesias de Benavente, Barrosa e Santo Estevão tenham acesso aos cuidados de uma medicina de âmbito familiar, muito mais próxima do utente.

Considera a situação existente como sendo desafiadora para o lançamento do projeto de criação de uma USF-Unidade de Saúde Familiar em Benavente, à semelhança de Samora Correia, o que traria, desde logo, condições muito mais atrativas para a fixação de médicos em Benavente, problema maior que persiste.

Observou que alguns dos candidatos, inscritos em concurso recente, foram desafiados a constituir-se em equipa, com o objetivo de se fixarem em Benavente. Nesse sentido, têm sido vários os apoios oferecidos pela autarquia, ao nível escolar e da infância, assim como da cedência de residência, durante três anos. A própria Presidente do ACES ofereceu, igualmente, a sua colaboração.

Tem consciência que se tem feito tudo ao alcance da autarquia para encontrar um caminho de solução que viabilize a implementação desta Unidade de Saúde Familiar, em Benavente, tendo acentuado o esforço e o trabalho conjugados entre a Câmara Municipal e o ACES. Até lá, aguarda-se que sejam tomadas as melhores decisões que contribuam para a melhoria do padrão de qualidade dos serviços prestados às populações de Benavente, da Barrosa e de Santo Estevão.

A finalizar o assunto, fez um breve apontamento em relação ao facto da maior parte dos médicos que concorreram ao tal concurso, serem oriundos do Norte, jovens, que acabaram de concluir o seu internato, o que complica, ainda mais, a sua fixação futura. A propósito, reportou o sentido de uma sua intervenção anterior, de se tornar cada vez mais imprescindível promover a vila de Benavente, como sendo uma terra segura, de gente afável, que sabe bem receber e integrar quem vem de fora.

O segundo tema foi sobre o **funcionamento das escolas**. Considera fundamental o regresso ao ensino presencial dos alunos, pelo que registou o passo importante que foi dado nesse sentido. Como tal, dirigiu uma palavra de apreço aos professores, ao pessoal não docente e a todos aqueles que, de forma empenhada, têm estado presentes no período de regresso às aulas. Num clima de grande exigência, nada favorável devido à pandemia, reconheceu a resposta positiva que tem contribuído para ultrapassar a situação. Contudo, alertou para o ambiente de incerteza que se vive, desconhecendo-se o tempo que poderá vir a arrastar-se e o posicionamento a tomar em contexto de pandemia.

Através do seu serviço de proteção civil, a autarquia tem acompanhado o universo escolar, no terreno, tendo informado que, na semana anterior, juntamente, com a sra. Delegada de Saúde, foram visitadas as escolas. Dessa visita, resultou uma avaliação positiva, que reconheceu o bom trabalho que está a ser desenvolvido pelos Agrupamentos de Escolas, fruto do esforço coletivo da comunidade educativa, o que o deixou marcadamente satisfeito.



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Concluída a sua intervenção, disponibilizou-se para prestar os esclarecimentos julgados necessários.

Inscreveram-se os eleitos, Tomás Correia, Lucinda Martins, Domingos David, José Salgueiro, Leonor Dias e Nuno Pires.

O eleito **Tomás Correia** questionou sobre duas situações: **a primeira**, que lhe foi transmitida por um munícipe, teve a ver com a pouca **iluminação pública** existente no parque de estacionamento da Murteira, em Samora Correia, pelo que solicitou a intervenção da autarquia; **a segunda**, prendeu-se com a construção das **ciclovias**, aproveitando para felicitar o Executivo pela iniciativa da obra. No entanto, fez duas anotações: **na primeira**, considera que o projeto poderia ter sido contemplado com três faixas em vez de duas, sendo uma destinada aos peões e as outras duas às bicicletas. Na sua perspetiva, a forma como se encontra, poderá originar confusão entre as várias modalidades praticadas pelos seus utilizadores; **na segunda nota**, colocou a hipótese da ciclovía ser construída noutra local, que justificou pelos efeitos ambientais, ao nível do ruído e da poluição, a que os seus utilizadores estão sujeitos.

Seguiu-se a intervenção da eleita **Lucinda Martins**. Proferiu o discurso, que se transcreve na íntegra, subordinado ao tema:

“Investimentos e criação de empregos

Nesta altura de crise e incerteza, os investimentos devem ser uma prioridade, quer sejam públicos quer sejam privados. Uma estratégia forte para atrair o investimento privado para o Concelho, tem sido uma marca da gestão CDU.

A promoção do nosso Município, o investimento nos serviços públicos e nas acessibilidades internas também têm sido uma aposta da Câmara Municipal e que têm trazido pessoas e empresas para o nosso Concelho.

E um Concelho desenvolvido atrai assim investimento e novas populações. E com o acréscimo da população também é necessário o aumento da oferta de emprego.

Tendo em conta notícias recentes sobre a implementação de novas empresas no nosso Concelho, o que nos pode dizer sobre o assunto, o senhor Presidente da Câmara:

- 1 – Por exemplo, qual é o estado dos já anunciados investimentos no sector do turismo, na Freguesia de Samora Correia?
- 2 – Tem o senhor Presidente da Câmara mais informações sobre o investimento na Coutada Velha, Freguesia de Benavente, da empresa de produção de cannabis medicinal, nomeadamente sobre possíveis postos de trabalho?
- 3 – Recentemente existiu um recrutamento, através de uma empresa de recursos humanos, para uma empresa no sector automóvel no nosso Concelho, que informações dispõe?”

A eleita **Leonor Dias** expôs vários assuntos: - **o primeiro** diz respeito ao projeto do Museu Etnográfico ou **Museu do Campino**, em Samora Correia, já reportado em diversas sessões do órgão



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

deliberativo pelo senhor Presidente da Câmara Municipal. Como, ultimamente, não tem feito qualquer referência sobre o mesmo, solicitou o ponto de situação em que se encontra; - **o segundo** foi sobre o **mau estado do pavimento** de certas estradas e caminhos municipais, para o qual tem sido alertada por diversos munícipes, que a têm abordado nesse sentido, nomeadamente, em Samora Correia.

Alertou para os muitos buracos existentes, sendo a maior parte o resultado de obras promovidas pela AR-Águas do Ribatejo, assim como do intenso tráfego e da intempérie que, recentemente, se abateu sobre a zona. Salientou, também, que o trabalho de reparação tem “fugido” aos moldes habituais, baseando-se na utilização do chamado “pó de pedra”, o qual, em termos práticos, para além de ineficaz, revela “perigosidade para a saúde pública”; - **o terceiro** referiu uma situação que, nas suas palavras, “está a motivar uma forte contestação por parte dos nossos munícipes” e que se baseia nos valores “que dispararam brutalmente em relação à **faturação**” do consumo de água, provenientes da AR-Águas do Ribatejo. Para lá do aumento esperado, que tinha sido avançado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal no ano anterior, nada fazia prever estes valores que, comparativamente a meses anteriores, considerou “insustentáveis” para muitos agregados familiares; - quanto ao **quarto** assunto, reiterou a questão das **placas identificativas nas rotundas**, por várias vezes sugeridas pelo Grupo Municipal do PS. No contexto daquilo que é considerado no número três da fundamentação da proposta da autarquia, vertida no ponto um da Ordem de trabalhos, aproveitou a oportunidade para reforçar o papel elucidativo que essas placas poderiam ter na caracterização dos vários quadros etnográficos que representam e que espelham as vivências da população; - **o quinto** tema reportou-o ao **setor da saúde**. Na sequência do elogio que o senhor Presidente da Câmara Municipal dirigiu ao trabalho desempenhado pela USF de Samora Correia, relativamente aos cuidados primários prestados, transmitiu que tinha tomado conhecimento de situações, ali passadas, que não podem ser simplesmente desculpadas pela crise pandémica que se atravessa. Face ao encerramento da USF ao fim de semana, passando o atendimento a ser telefónico durante esse período, expôs o caso de um munícipe que esteve, num dos fins de semana anteriores, impossibilitado de dispor de qualquer apoio médico para combater uma infeção das vias respiratórias, numa altura em que dispararam focos infecciosos do Covid-19 nos dois hospitais das imediações, o de Vila Franca Xira e o de Santarém. Alertou para a gravidade deste tipo de casos, a que a população está sujeita, os quais, por falta de prescrição de um antibiótico, podem potenciar aquele tipo de patologia. Preocupa-a esta situação, que poderá estar a acontecer com muitos cidadãos, não sendo tranquilizadores os tempos que se vivem neste setor; - **o sexto e último tema** dirigiu-o à senhora Presidente da Assembleia Municipal, com o propósito de replicar alguns dos comentários tecidos à sua intervenção sobre a **entrevista ao jornal “O Mirante”**, tendo declarado:

“Quero dizer, também, à senhora Presidente que, como disse há bocado, na verdade, ninguém é perfeito! Mas haverá alguns mais imperfeitos do que outros! O facto que referiu de, por vezes, haver posições, aparentemente, contraditórias entre os eleitos nos diferentes órgãos ...”. A partir daqui a **senhora Presidente da Assembleia Municipal** não permitiu que continuasse a usar da palavra, por extravasar o âmbito da matéria em discussão (acompanhamento da atividade da Câmara Municipal).



Handwritten signature and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Face à recusa, a eleita fez questão de deixar registado que não se tinha referido a um jornal nacional, mas sim regional.

Prosseguiram os trabalhos com a intervenção do eleito **Domingos David**.

Fez uma abordagem dispersa por várias matérias. **Na primeira**, transmitiu a sua opinião relativamente às placas explicativas da simbologia representada nas rotundas. Discorda da sua colocação, por poderem causar distração aos condutores e, conseqüentemente, transformarem-se num foco de insegurança rodoviária, desconhecendo, até, se a lei o permite fazer.

Na segunda, falou sobre a situação das **pecuárias na Coutada Velha, em Benavente**. Conhecedor que o PDM prevê a sua deslocalização para espaços fora das zonas urbanas e com prazos definidos para o fazer, questionou se a autarquia tem feito o acompanhamento necessário no terreno, sobretudo, ao nível do cumprimento desses prazos.

Na terceira, referiu a **área da saúde**. Partilhou das preocupações sentidas pela falta de médicos nas três freguesias do Município, Benavente, Barrosa e Santo Estevão, agravadas pela aposentação recente dos dois médicos. Saudou as diligências encetadas pela Câmara Municipal e a disponibilidade que tem demonstrado para criar condições de atratividade aos jovens médicos para se fixarem em Benavente, de forma a que eles próprios sejam percussores de um projeto de modernização e de uma melhor operacionalização da Unidade de Saúde.

Às questões referidas, juntou uma outra situação, que responde, de certa forma, às críticas que têm surgido nas redes sociais e que se prende com a iluminação envolvente às instalações do Centro de Saúde. Desconhece de quem é a competência, se da autarquia, se do ACES, deixando à consideração e ao esclarecimento da autarquia a necessidade da sua manutenção.

Ainda no campo da saúde, quis saber o ponto de situação do funcionamento das extensões de Saúde existentes, nomeadamente, em relação à de Santo Estevão e das obras que decorrem nas suas instalações para a melhoria das condições, quer para quem lá trabalha, quer para os próprios utentes. No mesmo sentido, indagou sobre as obras de ampliação da USF de Samora Correia, se já terminaram e qual tem sido o *feedback* da população. A propósito, registou a importância da obra e o empenho demonstrado pelo Executivo na sua concretização. Por último, face ao cenário crítico vivido no setor, o qual, na sua perspetiva, poderá requerer uma decisão política por parte do Governo, alertou para a importância de serem diligenciados contactos ao nível do Ministério da Saúde, na perspetiva de uma solução mais rápida, eficaz e adequada à realidade atual.

Seguiu-se a intervenção do eleito **José Salgueiro**, sob o título:

“Solidariedade em tempos de crise

Esta crise pandémica em que vivemos tem vindo, infelizmente, a aumentar o fosso social e económico entre as populações.

Ainda não refeitos dos anos duros de austeridade, que na legislatura anterior as medidas apoiadas pela CDU tentaram reverter, muitos são aqueles que perderam o seu emprego ou que viram os seus salários reduzidos devido à crise sanitária que se tornou numa crise económica e social.



Wen
J.L.
MJP

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

É nestas alturas que nos cabe a todos nós a solidariedade com os demais, mas em particular cabe às instituições públicas nos diversos níveis da administração o apoio concertado, justo e até extraordinário aos mais desfavorecidos e\ou que viram os seus rendimentos serem diminuídos.

A Câmara Municipal de Benavente, na primeira fase desta crise pandémica, reagiu como é do conhecimento de todos de forma exemplar, colocando no terreno equipas de apoio, fornecendo refeições, prestando apoio social e financeiro e reforçando a intervenção junto das populações e IPSS do concelho, substituindo por vezes o Estado Central e as Instituições que têm essa responsabilidade, num esforço conjunto que minimizar os efeitos sociais do confinamento e da pandemia.

Após o impacto inicial desta crise, que apanhou todos nós desprevenidos, o país e o nosso concelho tentam voltar à normalidade possível, mas muitos são aqueles que ainda necessitam da ajuda e da solidariedade da comunidade, das IPSS e das Instituições Públicas.

1 – Senhor Presidente da Câmara, qual o volume dos apoios e que tipo de apoios sociais são prestados pela autarquia? Tem existido um aumento?

2 – Qual o número de famílias que têm sido e ainda são apoiadas pela autarquia?

3 – Sendo o direito à habitação um direito consagrado na Constituição da República e que nem todos conseguem por si deter tendo de recorrer à habitação Social, qual é ponto de situação no nosso concelho?”

Quanto à eleita **Célia Semeano**, retomou o tema do **canil municipal**, abordado na sessão anterior. Na sequência dos esclarecimentos prestados pelo senhor Presidente, perguntou em que ponto de situação se encontrava o processo de contratação de um lugar de veterinário municipal, na perspetiva de ser assegurada a prestação do serviço inerente às suas funções, nomeadamente o da vacinação dos animais de estimação.

A última intervenção coube ao eleito **Nuno Pires**. Voltando ao assunto das placas nas **rotundas**, procurou clarificar melhor a sugestão. **Em primeiro lugar**, referiu que esses pontos indicativos são direcionados para o exterior, para os visitantes que desconhecem a história do Município e não para os próprios locais, que já a conhecem, além de constituírem um fio condutor de uma imagem comum a todas as freguesias, que identifique os símbolos das suas vivências.

Em segundo lugar, não as identifica como sendo um motivo de distração para os condutores, pois, se assim fosse, a própria simbologia exposta ou até a própria falta de manutenção, quando exista, poderão provocar, eventualmente, sinais de distração.

Concluídas as intervenções, **o senhor Presidente da Câmara Municipal** deu início ao esclarecimento das questões suscitadas.

Ao eleito **Tomás Correia**, explicitou que a **iluminação pública** do local foi recentemente substituída por lâmpadas “led”, facto que poderá ter originado alguma diminuição na potência das luminárias. Tomou nota do assunto para avaliar.



M. J. L.
L. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Relativamente às questões das **ciclovias**, esclareceu que as mesmas estão condicionadas ao espaço disponível para a sua execução, nomeadamente, a de Samora Correia, onde existem zonas que não permitem o alargamento para três faixas. Normalmente, as ciclovias dispõem de 2,40m e de duas faixas, partilhadas entre ciclistas e peões. Mesmo assim, em termos de sinalética, irá tentar que sejam reforçadas as questões de segurança. Aproveitou para salientar o grande nível de aderência que tem tido a sua utilização, confiante que, no futuro, possam ser construídos mais equipamentos destes em espaços diferentes. Completou, referindo que tinha sido contactado por um cidadão de fora do Município, que, após passar pelo local, o felicitou pela iniciativa tomada pela Câmara Municipal. A vivacidade transmitida, quer pelo número elevado de pessoas que a estavam a utilizar, quer pela imagem que transmite do Concelho, deixou-o muito satisfeito, por comparação a outros espaços que considerou muito mais desumanizados.

À eleita **Lucinda Martins** transmitiu que, o momento pode ser importante para o futuro do Município, nomeadamente ao nível do turismo e da indústria, pese embora algum impacto negativo que possa advir da situação de pandemia que o País atravessa. Os investimentos no **turismo** anunciados permitem-lhe crer que não. Sublinhou que os mesmos têm sido o resultado do trabalho desenvolvido pela autarquia junto dos seus potenciais investidores. Destacou um dos hotéis previstos, com cerca de 140 camas, com um investimento financeiro de 40 milhões de euros num setor que, atualmente, passa por momentos difíceis. Mencionou que o plano de investimentos dos seus promotores se baseia em estudos, indicadores de que o turismo irá sofrer uma retoma num horizonte previsto para daqui a dois anos, o que justifica a sua aposta.

Afirmou que este clima favorável se estende ao setor industrial, nomeadamente, em relação à construção prevista de uma **unidade fabril de produção de canábis medicinal**. Informou que os promotores vão avançar com a fábrica, mas de forma mais moderada do que inicialmente se propunham fazer, mantendo, no entanto, o seu percurso de intenções: criação de cerca de 600 a 1000 postos de trabalhos e cerca de 50 hectares de estufas.

A acompanhar este momento positivo, identificou a dificuldade acrescida no recrutamento de mão-de-obra. Para enfrentar a situação, o Executivo tem dois objetivos: por um lado, fazer subir os vencimentos, apostando que a competitividade leva ao aumento do salário mínimo, muito praticado nas empresas da região, mas sem a pôr em causa; por outro lado, se se continuar com uma taxa de desemprego à volta de 7%, apostar na capacidade dos recursos humanos com o perfil pretendido pelas empresas.

Quanto ao **setor automóvel**, em igual fase de desenvolvimento no Município, focou a empresa “João de Deus”. Passa por uma fase promissora de crescimento, que se repercute na necessidade de ampliar as suas instalações. Esse incremento deve-se ao fabrico próprio de um modelo de um dos elementos que constituem as baterias das viaturas e que lhes vai permitir crescer de forma significativa e elevar o seu volume de negócios em cerca de cinquenta milhões de euros. Isso levará à criação de cerca de 200 postos de trabalho, precisando, para o seu preenchimento, de mão-de-obra com o perfil adequado.

Com a dinamização do mercado de oportunidades, confia que irá ser criado um ambiente propício à formação de bons profissionais que desenvolvam as suas capacidades e criem valor. Nesse



Meir
J. J.
M. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

sentido, a autarquia está a procurar uma via de solução, articulando com as escolas secundárias, CEF's, Escola Profissional e IEFP, um trabalho que passa por incentivar e garantir perspetivas de empregabilidade nas empresas sediadas no concelho.

Às questões levantadas pela eleita **Leonor Dias, O senhor Presidente da Câmara Municipal** respondeu, primeiro, sobre **o Museu do Campino**. informou que se encontra a ultimar com a Companhia das Lezírias uma série de acordos, como o terreno do Grupo Desportivo de Samora Correia, que espera resolver até ao final do ano, a cedência de um espaço no centro histórico de Samora Correia para a execução de um futuro parque de estacionamento, assim como a concessão de um espaço florestal junto à rotunda do Belo Jardim, onde termina a ciclovia, tendo em vista a construção de um circuito de manutenção.

Concretamente, em relação ao **Museu do Campino**, transmitiu que a Câmara Municipal não pretende adquirir o edifício em questão, porque, em função do acesso aos fundos comunitários, o projeto deverá avançar em nome da própria CL. O que está assegurado, por parte do Município, é o seu financiamento integral pela contrapartida nacional, assumindo, na totalidade, tudo o que for da sua responsabilidade, em termos de exploração. Nesse contexto, a autarquia aguarda uma resposta da CL a uma proposta de protocolo, prevendo o seu clausulado o aluguer do espaço, como forma de se poder avançar com a conceção do projeto.

Em termos de financiamento, propõe-se a sua efetivação através de duas hipóteses: ou através de contrato de comodato que permita à autarquia promover a candidatura aos fundos comunitários ou, em alternativa, será a CL a fazê-lo, em função da sua própria disponibilidade financeira, assumindo a autarquia a componente da contrapartida nacional. Mostrou-se confiante no resultado desta cultura negocial encetada com a Companhia das Lezírias.

Espera que as áreas em questão sejam contempladas no conjunto de recursos que o País irá receber da União Europeia, como foi anunciado recentemente, num quadro de desenvolvimento onde a autarquia está a trabalhar afincadamente para poder aproveitar todas as oportunidades que se apresentem, sendo, este, um projeto de oportunidade, que não pode ser desperdiçado.

Em relação ao outro ponto focado, **o mau estado do pavimento das estradas**, sublinhou o empenho do Executivo em priorizar essa área. Através de intervenções anuais, tem-se investido na manutenção das vias de comunicação, o que está a acontecer.

Clarificou que a aplicação do "pó de pedra" nos buracos é da exclusiva responsabilidade da AR, surgindo na sequência da obra de construção da nova ETAR no Porto Alto. A questão dos pavimentos tem a ver com a construção dessa nova empreitada, que veio permitir a eliminação das três estações existentes no interior dos aglomerados urbanos, através de um investimento próximo dos cinco milhões de euros.

Salientou que a obra tem tido uma gestão muito complicada, com um calendário "recheado" de vicissitudes várias. Felizmente, está a chegar ao seu término, com mais de um ano de atraso, que foi causado por "insuficiências" da parte do respetivo empreiteiro. Fase, que se conseguiu ultrapassar com a muita capacidade de resistência e de resiliência, demonstrada por ambas as partes. É neste cenário de efetiva negatividade, que entronca a questão dos pavimentos.



Handwritten signature and initials, possibly 'F.J.' and 'M.P.'.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Compreendendo a situação, a Câmara Municipal tenciona proceder à repavimentação de algumas dessas vias, em zonas onde a degradação é mais sentida, como o caso da Rua do Campino em toda a sua largura, desde a EN 10, junto aos “pneus”, até à Estrada da Espargueira, onde se situa a nova ETAR.

Ainda no setor da **rede viária**, anunciou o lançamento recente de um conjunto de empreitadas de repavimentação, em todo o concelho, no valor de cerca de 250 mil euros. Na próxima semana será efetivado o concurso relativo à Azinhaga do Contador, em Benavente, assim como os concursos referentes às Estradas da Carregueira, dos Currallinhos, das Fontainhas e à Avenida Egas Moniz, em Samora Correia, constituindo um volume de investimentos muito significativo.

Assume que poderá haver sempre problemas nos pavimentos, mas deixou a certeza do esforço que a autarquia está a fazer neste setor, que poderá não ser muito visível, mas tem consciência que é um setor prioritário e fundamental para o Município. Registou, igualmente, as dificuldades constantes com as adjudicações das empreitadas, fruto das poucas empresas existentes, comparativamente com o volume de trabalho existente. Tudo fatores que contribuem para que, por vezes, as obras não tenham o desenvolvimento normal que todos pretendem, sendo muitos deles alheios à própria autarquia.

Relativamente aos **valores faturados pelas Águas do Ribatejo**, esclareceu que, em resultado do ajustamento feito, a que se associou o Verão prolongado que causa tendencialmente o aumento do consumo, mais a situação de pandemia, foram fatores que resultaram numa situação difícil de gerir.

Detalhou que, durante muitos meses a operação de leitura habitual dos contadores não foi efetuada, mas, sim, estimada e quando se efetuou a contagem real verificaram-se valores discrepantes nos consumos, por terem sido superiores ao inicialmente estimado. Assegurou, todavia, que os utentes não ficaram prejudicados, já que é anulado o que foi faturado e redistribuído por todos os meses em que houve estimativa. Compreende a surpresa das pessoas por não estarem habituadas a pagar valores tão altos, na certeza, porém, que não resultaram de qualquer aumento de valores, por via de novas tarifas, taxas ou outras.

Retomando o tema das **placas nas rotundas**, remeteu para as explicações do senhor Vereador Hélio Justino, conhecedor do assunto por via das várias reuniões em que tem participado com a IP.

No tocante ao **problema da Covid-19 e da sua interligação com a saúde**, o senhor Presidente da **Câmara Municipal** considera que as duas situações não se podem “misturar”, correndo-se o risco de colocar tudo em causa. Todos sabem do número elevado de pessoas que faleceram devido à Covid-19, mas interroga-se quantas não terão, igualmente, falecido, em função dessa assistência.

Atenta a fase difícil que se atravessa, acredita naqueles que têm de tomar as decisões que estão em causa, seja o Governo, seja a DGS-Direção Geral de Saúde. Esta crise pandémica tem uma dimensão e uma problemática tais, que impedem duvidar do que quer que seja. Quer acreditar que as decisões são as mais indicadas para o bem comum, devendo todos confiar nas suas orientações e argumentos.



Maria
J. L.
M. J.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

Partilha, igualmente, da preocupação transmitida pela eleita, mas a fase excecional que se vive leva a que possam acontecer muitos casos como aquele que relatou. Considera que a estrutura do SNS-Serviço Nacional de Saúde não pode ser “beliscada” pela atual situação. Não tem dúvidas que a USF de Samora Correia é um dos seus bons exemplos, razão pela qual se pretende que seja criada uma USF em Benavente, na perspetiva que o Município se venha a tornar uno nessa matéria. Considera inaceitável a diferenciação que se verifica, atualmente, na qualidade dos cuidados de saúde prestados, entre Samora Correia e Benavente.

Às questões suscitadas pelo eleito **Domingos David**, elucidou que o problema das **pecuárias da Coutada Velha, em Benavente**, estava por tratar quando iniciou funções no seu primeiro mandato, em 2013, tendo sido considerado logo nessa altura.

Sinalizou que uma dessas unidades, precisamente, aquela que tem sido mais problemática, já está em fase avançada de licenciamento para deslocalização, a par de uma outra que irá deixar de funcionar. Contudo, persistem problemas com a situação dos Aviários. Apesar da autarquia, em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia de Benavente, ter acautelado no PDM a definição de terrenos para esse fim, não se consegue viabilizar um acordo entre a empresa e aquela instituição. Caso não se concretize a negociação, informou que os prazos definidos, para o efeito, estão devidamente acautelados (cinco anos pós PDM).

Em relação à **iluminação na envolvente do Centro de Saúde**, em jeito de desabafo, manifestou o seu desagrado por ser a autarquia que, não sendo da sua responsabilidade, tem de suportar este tipo de problemas, de forma recorrente. Esclareceu que a iluminação é da competência do Centro de Saúde, tendo a situação sido resolvida pelos serviços municipais, a pedido daquela entidade.

Confirmou a conclusão das **obras no Posto Médico de Santo Estevão**, justificando a sua demora, por motivos de ordem técnica em relação ao edifício onde se encontra instalado, que conduziram à necessidade de um processo de licenciamento do edifício no seu todo.

À semelhança da intervenção anterior, confirmou a **conclusão das obras de ampliação da USF de Samora Correia**, cuja inauguração estava prevista para o momento em que se desencadeou a crise pandémica. Sem prejuízo dessa intenção se verificar, elogiou o resultado obtido, que vai permitir melhorar as condições de oferta dos cuidados de saúde aos seus utentes, a que acresce a criação dos serviços de medicina dentária, que só é possível graças ao apoio financeiro da autarquia, que adquiriu o equipamento necessário à sua instalação.

Em resposta à sugestão das **diligências com a tutela da Saúde**, realçou que, no contexto das situações identificadas no Município (carência de médicos), do conselho de utentes do ACES e da CIMLT, já teve a oportunidade de reunir, por três vezes, com a senhora Ministra da Saúde, aguardando-se uma tomada de decisão a este nível.

Em termos de **apoios sociais**, respondendo ao eleito **José Salgueiro**, afirmou que, no âmbito da pandemia, durante o estado de emergência, a Câmara Municipal teve uma resposta bastante considerável, com a tomada de um conjunto de medidas de apoio às famílias e às instituições sociais do concelho. Perante o desagrar da situação, essa resposta diminuiu, continuando, no entanto, a acontecer, sempre em articulação com a segurança social, nas suas mais diversas



Handwritten signature and initials, possibly 'F. J.' and 'C. S.', in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

dimensões. Na sua opinião, não fosse o dinamismo e o empenho do trabalho autárquico, ao nível nacional, na resposta que foi dada à população mais carenciada e mais afetada pela pandemia, o quadro resultante teria sido muito mais complicado, disse-o convicto.

Noutro tema como o **direito à habitação e à habitação social**, transmitiu que, proporcionalmente, o Município de Benavente, na envolvente dos Municípios, é quem dispõe de um maior número de habitação social. Apesar disso, reconheceu que é um cenário insuficiente, face àquilo que são as suas necessidades. Como resposta, encontra-se em fase de conclusão o Plano Estratégico de Habitação, o qual dará acesso a verbas para avançar com esse setor. Informou que se encontra, no momento, a decorrer um concurso para sete habitações. Tem a plena consciência que se trata de um número diminuto, no entanto, as perspetivas que se anunciam permitem encarar, com algum otimismo, que o parque habitacional do Município venha a aumentar significativamente.

Por último, esclareceu a eleita **Célia Semeano** que o procedimento concursal para um lugar de **veterinário municipal** se encontra na sua fase final, prevendo-se, para breve, o início da sua atividade, considerada de grande importância para o bom funcionamento do canil municipal.

Chamou o senhor **Vereador Hélio Justino** para intervir sobre a **colocação de placas identificativas nas rotundas**. Começou por afirmar que é compreensiva a boa intenção dos eleitos do PS nesta questão. Reconhece, porém, que não é pacífica. Em reunião recente da Câmara Municipal, teve a oportunidade de transmitir que tinha visualizado um documentário televisivo sobre a arte nas rotundas, onde era referenciado, sobretudo, este tipo de ornamentação, principalmente, na Alemanha, Suíça, Espanha e França, com maior ênfase na aposta no uso de elementos que identificam as comunidades onde se inserem. Houve, igualmente, quem defendesse que deveriam ter apenas uma pavimentação simples, sem qualquer motivo ornamental.

Da sua experiência como eleito, nas diversas reuniões em que participou com a IP, delegação de Santarém, conseguiu-se sensibilizar os técnicos e dirigentes para que, nas rotundas situadas em estradas nacionais, que estão sob a sua jurisdição, fosse possível implementar esses quadros ornamentais.

Discordou do eleito **Nuno Pires** porque, citando: “não é a mesma coisa à distância vermos um conjunto de imagens e definirmos um quadro, do que termos um conjunto de letras que a proximidade nos levará seguramente a tentar lê-las e a aumentar a distração. Trata-se de questões de segurança, com o objetivo de não distrair os condutores. Não há nada na legislação que diga “Não, não se podem lá colocar as placas”, mas a recomendação é que elas não se coloquem e se resolvêssemos colocá-las, a Câmara Municipal podia ser notificada pela IP para, eventualmente, as retirar.”

Concluídas as intervenções, a **senhora Presidente da Assembleia Municipal** deu por concluído o PERÍODO DA ORDEM DO DIA e anunciou a leitura da **MINUTA DA ATA** pela Primeira Secretária da Mesa, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro. Não houve inscrições para a sua discussão, pelo que se passou, de imediato, à sua votação, tendo sido aprovada por unanimidade, pelos vinte e três eleitos presentes na sala, constituindo o **anexo número um** da presente ata, da qual faz parte

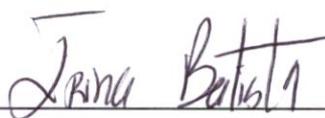


ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

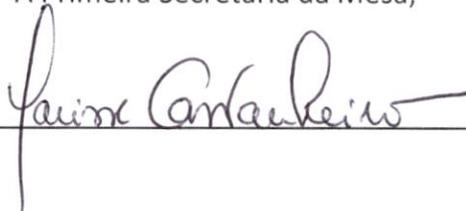
integrante. Acresce referir que, aquando da votação da presente minuta, a eleita Maria Beatriz Pereira Marques da Costa já se tinha ausentado da sala onde decorriam os trabalhos.

Nada mais havendo a tratar, **a senhora Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a presença de todos, com destaque para o trabalho desempenhado pelos funcionários Joaquim Salgueiro, Alice Pintasilgo, Clara Parracho e Lubélia Santos, dando por encerrados os trabalhos da presente sessão pelas vinte e três horas e cinquenta e cinco minutos, da qual para constar e para os demais efeitos, se lavrou a presente ata, que foi apreciada e votada na quarta sessão ordinária, realizada no dia vinte e sete de novembro de dois mil e vinte, tendo sido aprovada, por unanimidade, com alterações incluídas. A mesma foi rubricada e assinada por todos os membros da Mesa da Assembleia Municipal e por mim, Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, coordenadora técnica do Município, que a elaborei e subscrevi.

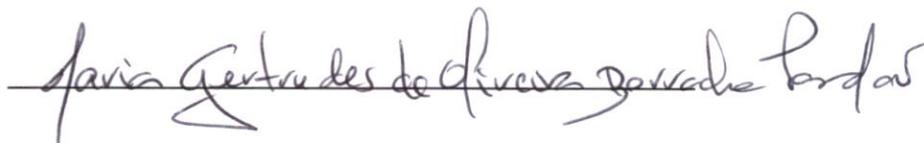
A Presidente da Assembleia Municipal,



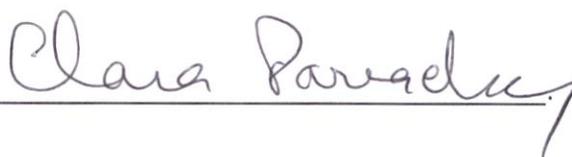
A Primeira Secretária da Mesa,



A Segunda Secretária da Mesa,



A Coordenadora Técnica do Município,





ANEXO ①

[Handwritten signatures and initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3.^a Sessão Ordinária de 2020 – 30 de setembro de 2020

Hora de início: 20:39h

Hora de termo: 23:55h

PRESENCAS:

CDU: Irina Nöel Matias Batista, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, Maria Gertrudes Borracha Pardão, Mário Jorge Campos Pereira, Domingos Manuel Marques David Pereira, Manuel Luís Gutierrez de Matos, Maria Lucinda de Sousa Martins, Vitor Manuel Charneca Parreirinha, José Duarte Sagueiro, Joaquim Correia Castanheiro.

PS: Tomás Francisco Abreu Guedeia Melo Correia, Maria Leonor Gomes Simões Rodrigues Dias, Nuno Miguel Martins Pires, Célia de Jesus Correia Semeano Fernandes, Maria Beatriz Pereira Marques da Costa, Ana Beatriz Fernandes Madeira

PPD/PSD: Dora Isabel Lúcio Morgado, Lina Maria de Moura Ferreira do Norte, Cristina Maria Carvalho Borges Silva Branco, Esmeralda Malico Salvador.

Presidentes das Juntas de Freguesia: Inês Branco Almeida Vieira Correia (CDU), Augusto José Ferreira Marques (CDU), Nelson Alexandre Silva Norte (PPD/PSD), Fátima José Francisco Machacaz (PS).

FALTAS: O eleito do PPD/PSD, José Eduardo de Melo Relvas Ramalho, justificou a sua ausência, não tendo sido substituído.

OBSERVAÇÕES:

Compareceram também a esta Sessão o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Carlos António Pinto Coutinho, e os Vereadores Fátima Catarina Gândara Gonçalves Costa Pinheiro do Vale, Hélio Manuel Faria Justino, Pedro Nuno Simões Pereira, Florbela Alemão Parracho e Ricardo Alexandre Frade de Oliveira.

INTERVENÇÃO DOS MUNICÍPES: Alexandre Fonseca, António Oliveira das Neves e João Paulo Oliveira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3.^a Sessão Ordinária de 2020 – 30 de setembro de 2020

J
J
C. M. J.
W. J.

PONTO N.º 1	PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA EN 118 COM O ACESSO À A10 – Freguesia de Benavente – Apreciação e eventual aprovação, nos termos da alínea j) do nº 1 do art.º 25.º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual						
	APROVAR	X		FAVOR	13	12 CDU, 1 PS	
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA			
	RATIFICAR		MAIORIA	X	ABSTENÇÃO	11	6 PS, 5 PSD
	RETIRAR DA OT			QUALIDADE			

P.
R.

Aprovada por, MAIORIA, a PROPOSTA DE APOIO FINANCEIRO PARA A REQUALIFICAÇÃO DA ROTUNDA NO ENTRONCAMENTO DA EN 118 COM O ACESSO À A10 – Freguesia de Benavente

Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: Nuno Pires, Mário Pereira, Inês Correia

Por parte do Executivo Municipal usou da palavra: o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3.ª Sessão Ordinária de 2020 – 30 de setembro de 2020

PONTO N.º 2	PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO E DA PRAÇA DA REPÚBLICA, EM BENAVENTE – Apreciação e eventual aprovação da autorização prévia, nos termos da alínea c) do n.º1, do art.º 6º da lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro na redação vigente				
	APROVAR	X		FAVOR	13 12 CDU, 1 PS
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE		
	RATIFICAR		MAIORIA	X	ABSTENÇÃO 11 6 PS, 5 PSD
	RETIRAR DA OT			QUALIDADE	

Aprovado por, MAIORIA, o PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA REPROGRAMAÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL – REQUALIFICAÇÃO DA PRAÇA DO MUNICÍPIO E DA PRAÇA DA REPÚBLICA, EM BENAVENTE

Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: Nuno Pires

Por parte do Executivo Municipal usou da palavra: o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3.^a Sessão Ordinária de 2020 – 30 de setembro de 2020

J J
p.
Mag
Ria

PONTO N.º 3	PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL E DE MAPA DE PESSOAL – Apreciação e eventual aprovação, nos termos das disposições conjugadas do n.º 4 do art.º 29.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as alíneas m) e o) do n.º 1 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do art.º 4.º da Lei n.º 49.º/2012 e do art.º 6.º do DL n.º 305/2009, de 23 de outubro						
	APROVAR	X		FAVOR	18	12 CDU, 1 PS, 5 PSD	
	NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	CONTRA			
	RATIFICAR		MAIORIA	X	ABSTENÇÃO	6	6 PS
	RETIRAR DA OT			QUALIDADE			

p.
Mag

Aprovada por, MAIORIA, a PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À ESTRUTURA ORGÂNICA MUNICIPAL E DE MAPA DE PESSOAL

Intervenção dos Eleitos da Assembleia Municipal: Nuno Pires

Por parte do Executivo Municipal usou da palavra: o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Benavente, Carlos António Pinto Coutinho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BENAVENTE

3.ª Sessão Ordinária de 2020 – 30 de setembro de 2020

APROVAÇÃO EM MINUTA					
APROVAR	X			FAVOR	23* 12 CDU, 6 PS, 5 PSD
NÃO APROVAR		UNANIMIDADE	X	CONTRA	
RATIFICAR		MAIORIA		ABSTENÇÃO	
RETIRAR DA OT				QUALIDADE	

**Aquando da votação da presente minuta, a eleita Maria Beatriz Pereira Marques da Costa (PS) já se tinha ausentado da Sessão.*

Aprovadas por, UNANIMIDADE, em minuta, as deliberações, podendo as mesmas adquirir a eficácia legalmente prevista, conforme o disposto nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º, da Lei N.º 75/2013, de 12 de Setembro.

A presente minuta, depois de lida em voz alta, foi aprovada e vai ser devidamente assinada e as suas folhas, em número de cinco, rubricadas e assinadas pela Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Irina Nöel Matias Batista, pela Primeira Secretária, Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro, pela Segunda Secretária Maria Gertrudes Borracha Pardão e por Maria Clara Casanova Parracho da Silva Lourenço, Coordenadora Técnica do Município de Benavente.

A Presidente da Mesa

- Irina Nöel Matias Batista -

A Primeira Secretária

- Clarisse Isabel Ganhão Castanheiro -

A Segunda Secretária

- Maria Gertrudes Borracha Pardão -

A Coordenadora Técnica

- Maria Clara C. P. S. Lourenço -